

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: CONQUISTAS E
LIMITAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES DO
MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ

ANGÉLICA BRITO PICAÑO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF

CAMPOS DOS GOTACAZES - RJ

MAIO - 2022

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: CONQUISTAS E
LIMITAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES DO
MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ

ANGÉLICA BRITO PIKANÇO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

MAIO – 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

P585

Picanço, Angélica Brito.

Agricultura familiar e associativismo : conquistas e limitações das associações de agricultores do município de Itaperuna - RJ / Angélica Brito Picanço. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

105 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Paulo Marcelo de Souza.

1. Agricultura Familiar. 2. Associativismo. 3. Produtores Rurais. 4. Itaperuna. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: CONQUISTAS E
LIMITAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES DO
MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ

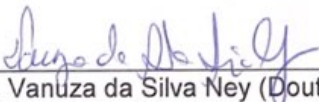
ANGÉLICA BRITO PICAÑO

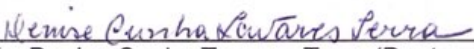
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

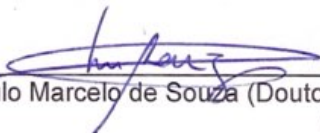
Aprovada em: 13/05/2022

Comissão Examinadora:


Prof. Nivaldo José Ponciano (Doutor, Economia Aplicada) - UENF


Profa. Vanuza da Silva Ney (Doutora, Produção Vegetal) - UFF


Prof. Denise Cunha Tavares Terra (Doutora, Geografia) - UENF


Prof. Paulo Marcelo de Souza (Doutor, Economia Aplicada) - UENF
Orientador

Aos agricultores familiares, representado na figura do meu pai, que retrata para mim a luta, comprometimento e importância da agricultura familiar para o Brasil.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado em tempos difíceis, período este em que toda a humanidade foi atingida por um vírus desconhecido, a saber, SARS-CoV-2, o qual desencadeou uma doença infecciosa que ceifou a vida de milhares de pessoas. Além das vidas interrompidas, muitos dos que sobreviveram tiveram que conviver com o medo, com a dor da perda, com o afastamento das pessoas queridas e com as incertezas do dia de amanhã.

Como todo sofrimento, esse também nos ensinou grandes lições, como a importância dos profissionais da saúde, da ciência, das políticas públicas com o Sistema Único de Saúde e da Assistência Social e de escolhermos bem nossos representantes políticos. A pandemia ocasionada pelo coronavírus escancarou a grande desigualdade que existe no Brasil, infelizmente naturalizada na nossa sociedade.

Diante de tudo o que vivemos, meu agradecimento é especial a Deus, Aquele que tem o controle de tudo nas mãos. Obrigada Senhor, pela vida e pelos diversos livramentos que nos tem dado! Toda honra e toda glória sejam dadas a Ti!

Também agradeço ao meu esposo Patrick, que não mediu esforços em me ajudar na realização desta pesquisa. Obrigada pela paciência, compreensão e palavras de incentivo.

Aos meus queridos pais, Maria José e Bida, por serem minha inspiração de força, dedicação e resistência. A eles, eu agradeço o carinho, as palavras de encorajamento e orações para prosseguir em meu caminho.

Agradeço ao querido professor Paulo Marcelo, por ter orientado este trabalho e pela paciência que dispensou a mim durante este período de orientação, para que eu pudesse superar as minhas limitações pessoais e as dificuldades que apareceram durante o caminho.

De forma muito especial, agradeço ao senhor Vicente e ao senhor Serdno, por terem ajudado na realização desta pesquisa. E aos produtores rurais que ajudaram diretamente neste estudo, respondendo aos formulários, me recebendo em suas casas/propriedades, permitindo assim que esta pesquisa se realizasse.

Agradeço a querida Valéria por todo incentivo, paciência e escuta durante esse período. Agradeço a minha amiga Júlia, pelo compartilhamento das alegrias, tristezas, angústias e preocupações durante a realização deste curso.

RESUMO

PICANÇO, Angélica Brito. **Agricultura Familiar e Associativismo:** conquistas e limitações das associações de agricultores do município de Itaperuna – RJ. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2022.

Este trabalho tem por objetivo verificar como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna-RJ. Além disso, busca analisar o contexto de surgimento e desenvolvimento das associações de produtores rurais no referido município, verificar as contribuições das práticas associativas para os produtores rurais associados e identificar os fatores que contribuem para explicar o número reduzido de agricultores familiares associados. Esta pesquisa visa contribuir para o debate em torno da agricultura familiar, reafirmando a necessidade de compreensão da diversidade e importância desta categoria social, e as dificuldades e desafios inerentes a esta categoria. Para tanto, os resultados alcançados foram obtidos pela realização de entrevista semiestruturada e aplicação de formulário, considerando uma amostra representativa dos produtores rurais associados do município de Itaperuna. Os principais resultados obtidos demonstram que as associações de produtores rurais foram fundadas com o objetivo de superar as dificuldades de escoamento da produção leiteira dos pequenos produtores no município de Itaperuna, colocadas pelas empresas instaladas no referido município na década de 90, que estabeleceram uma litragem mínima para o recolhimento do leite e uma parcela considerável dos pequenos produtores ficaram excluídos dessa cadeia produtiva. Sendo assim, a principal motivação para participar da associação foi a necessidade da comercialização conjunta da produção. Além disso, a pesquisa constatou que as associações têm possibilitado o acesso à assistência técnica, crédito, capacitação, treinamentos e compra de insumos com preços reduzidos. Assim sendo, é possível identificar que as associações atuam diretamente na viabilidade produtiva dos estabelecimentos e na melhoria da renda dos associados, contribuindo para superação, em parte, dos percalços que assolam a agricultura familiar do município de Itaperuna. Apesar das contribuições positivas, as associações também enfrentam problemas e limitações, como número reduzido de associados, recursos reduzidos e falta de apoio do poder público. Contudo, conclui-se que ainda assim, as associações são formas organizativas que proporcionam benefícios aos produtores rurais familiares, que atuando de forma individual provavelmente não conseguiriam.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Associativismo; Produtores Rurais; Itaperuna.

ABSTRACT

PICANÇO, Angélica Brito. **Family Farming and Associativism: achievements and limitations of farmers' associations in the city of Itaperuna - RJ.** Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2022.

This work aims to verify how rural producer associations are developing in the city of Itaperuna-RJ. In addition, it seeks to analyze the context of emergence and development of rural producer associations in that municipality, verify the contributions of associative practices to associated rural producers and identify the factors that contribute to explain the reduced number of associated family farmers. This research aims to contribute to the debate around family farming, reaffirming the need to understand the diversity and importance of this social category, and the difficulties and challenges inherent to this category. Therefore, the results achieved were obtained by conducting a semi-structured interview and applying a form, considering a representative sample of associated rural producers in the municipality of Itaperuna. The main results obtained show that the associations of rural producers were founded with the objective of overcoming the difficulties in the flow of milk production from small producers in the municipality of Itaperuna, posed by the companies installed in that municipality in the 90's, which established a minimum capacity for milk collection and a considerable portion of small producers were excluded from this production chain. Therefore, the main motivation for participating in the association was the need for joint marketing of production. In addition, the survey found that associations have provided access to technical assistance, credit, training, training and purchase of inputs at reduced prices. Therefore, it is possible to identify that the associations act directly in the productive viability of the establishments and in the improvement of the associates' income, contributing to overcome, in part, the mishaps that plague family agriculture in the municipality of Itaperuna. Despite the positive contributions, the associations also face problems and limitations, such as a reduced number of members, reduced resources and lack of support from the government. However, it is concluded that even so, associations are organizational forms that provide benefits to family farmers, who acting individually would probably not be able to.

Keywords: Family farming; Associativism; Farmers; Itaperuna.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Inserção geográfica do município de Itaperuna no Estado do Rio de Janeiro....44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais atividades econômicas do Município de Itaperuna - participação da categoria familiar e não familiar.....	48
Tabela 2 - Total de estabelecimentos agropecuários e distribuição da área dos estabelecimentos não familiares e familiares entre estratos de tamanho no município de Itaperuna	49
Tabela 3 - Participação da agricultura familiar e não familiar nos estabelecimentos, número, área e pessoal ocupado no município de Itaperuna.....	50
Tabela 4 - Condição dos agricultores familiares em relação às terras no município de Itaperuna	50
Tabela 5 - Classe de idade dos produtores rurais do município de Itaperuna	51
Tabela 6 - Percentual de estabelecimentos familiares com acesso à Assistência Técnica no município de Itaperuna	51
Tabela 7 - Origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna	52
Tabela 8 - Associação dos agricultores à cooperativa e/ou à entidade de classe.....	53
Tabela 9 - Associações existentes no município de Itaperuna.....	57
Tabela 10 - Principais motivos para adesão à associação.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos associados	67
Gráfico 2 - Grau de escolarização dos associados	68
Gráfico 3 - Categoria dos associados	69
Gráfico 4 - Tamanho da área para realização das atividades	71
Gráfico 5 - Papel do Estado em relação às políticas voltadas para a agricultura.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CAPIL - Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.
- CUT - Central única dos Trabalhadores.
- EMATER - Empresa Assistência Técnica Extensão Rural.
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
- FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul.
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.
- PIB - Produto Interno Bruto.
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar.
- RIO RURAL - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias.
Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.
- SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
- SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
- SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática.
- TCE - Tribunal de Contas do Estado.
- TCLE - Termo de Consentimento e Livre e Esclarecido.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	17
1.1 Reconhecimento da agricultura familiar	17
1.2 Conceituação de agricultura familiar.....	19
1.3 Importância de agricultura familiar.....	22
1.4 Histórico de negligência e avanços da agricultura familiar	24
1.5 Políticas Públicas para a agricultura Familiar	26
2 ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRIGULGURA FAMILIAR	34
3 AGRICULTURA FAMILIAR EM ITAPERUNA.....	43
3.1 Contexto histórico do município de Itaperuna e sua agricultura familiar	43
3.2 Origem das associações de produtores rurais do município de Itaperuna	53
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	57
4.1 Instrumentos utilizados na coleta de dados	60
4.1.1 Entrevistas Semiestruturadas.....	61
4.1.2 Elaboração e aplicação dos formulários.....	61
4.2 Procedimentos analíticos	62
5 ASSOCIATIVISMO NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA	63
5.1 Surgimento e desenvolvimento das associações: atuação, contribuição e desafios.....	63
5.2 Perfil dos produtores rurais associados.....	66
5.3 Dificuldades dos produtores associados e opiniões sobre o apoio estatal	71
5.4 Utilização de tecnologia, acesso a financiamentos e assistência técnica.....	74
5.5 Aquisição de insumos, equipamentos e comercialização da produção	76
5.6 Associativismo rural e sua importância para os produtores rurais	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICES	95

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo dados do censo agropecuário realizado no ano de 2017, existem no Brasil, 5.073.324 estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar representa 77% desses estabelecimentos. Wanderley (2001) conceitua a agricultura familiar como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, realiza o trabalho no estabelecimento produtivo. Para Buainain (2005), a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado e capacidade de geração de renda.

Além de representar a maioria dos estabelecimentos rurais, a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos internamente no país e mantêm o total de 10,1 milhões de pessoas ocupadas no campo, ou seja, 67% do total de pessoas ocupadas no meio rural estão em função da agricultura familiar. Para Aquino, Gazolla e Schneider (2018), reconhecer os múltiplos papéis da agricultura familiar no desenvolvimento rural é uma tarefa fundamental.

Apesar da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e social do país, essa categoria sempre foi um segmento marginalizado pelas políticas públicas, que em sua maioria favoreceram aos grandes segmentos agrícolas. Para Souza-Esquerdo e Bergamasco (2015), os incentivos concedidos pelo Estado asseguravam a modernização e a reprodução da grande propriedade monocultora, fazendo com que a agricultura familiar ocupasse um lugar subalterno na sociedade, dificultando assim sua permanência e desenvolvimento no campo.

Embora haja esse histórico de subalternização da agricultura familiar, nos últimos anos, essa categoria vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas e políticas proporcionadas pelas mobilizações de diferentes organizações, o que levou ao reconhecimento dessa categoria pelo Estado.

Tal reconhecimento possibilitou a criação de políticas específicas para a agricultura familiar, pois até então não havia nenhuma política direcionada às necessidades dessa categoria. A primeira política criada foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa contribuiu para a difusão no Brasil do conceito de agricultura familiar e para a criação de novas políticas para essa categoria (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Esse reconhecimento do estado proporcionado pelas lutas sociais representou uma vitória política para a categoria agricultura familiar. Apesar desse reconhecimento, ainda existem fatores que limitam o desenvolvimento dos agricultores familiares no Brasil, como o caráter concentrador e seletivo da política de crédito rural, pouca disponibilidade de terra, baixa qualidade da assistência técnica, condições precárias de trabalho, acesso a mercados com limitado poder de negociação, baixo acesso à tecnologia, entre outras.

Essas limitações levam os agricultores familiares a buscarem alternativas para superar essas dificuldades e garantir seu modo de vida e produção no campo. Uma dessas alternativas é o associativismo. A organização em associações é uma importante estratégia de enfrentamento das dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores familiares.

A organização em associação é um mecanismo que possibilita aos agricultores familiares, crescimento pessoal e profissional, melhores condições de concorrência nos mercados, aquisição de insumos e equipamentos com menores preços, acesso às políticas públicas, maior poder para reivindicar junto ao Governo a assistência à elaboração e à manutenção de bens de utilidade pública, como postos de saúde, escolas e estradas. A ação do Estado se faz presente quando há maior participação e organização dos agricultores familiares.

Diante desse contexto e devido à ausência de estudos desta natureza no município de Itaperuna, localizado na região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória na sede da Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural (EMATER), para obtenção de informações relativas às associações existentes.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é verificar como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna-RJ. E como objetivos específicos, analisar o contexto do surgimento e desenvolvimento das associações de produtores rurais no município de Itaperuna; verificar se as associações dos produtores rurais têm contribuído para melhorias na produção, comercialização, renda, organização dos produtores e na qualidade de vida de seus associados; e identificar os fatores que dificultam a operacionalização, desempenho e o aumento do número de associados nas associações.

Esta pesquisa busca responder algumas questões, como: qual o contexto do surgimento e desenvolvimento das associações dos produtores rurais em Itaperuna?

Podem ser observadas modificações na realidade econômico social dos produtores rurais, que romperam com a prática individualista e optaram pelo sistema de associativismo rural? Quais fatores dificultam a operacionalização, desempenho e o aumento do número de associados nas associações?

A motivação principal para a realização desta pesquisa parte do trabalho de conclusão de curso da graduação, em que a pesquisadora em questão realizou um estudo de caso com os produtores rurais do município de Itaperuna para identificar as principais dificuldades que eles enfrentam no seu dia a dia.

E devido a isso, surgiu a necessidade de se pesquisar como os produtores rurais estão superando suas dificuldades no meio rural. Além disso, foi constatado pela literatura que a prática do associativismo tem sido uma dessas estratégias utilizadas pela agricultura familiar no Brasil para se manterem no campo.

Contudo, um fato que chamou a atenção e que é a problemática central desta pesquisa é o quantitativo reduzido de agricultores familiares associados, apenas 16% participam de alguma associação no município de Itaperuna. Além disso, a pesquisadora tem vínculo familiar com produtores rurais do município, o que a permitiu constatar grandes desafios enfrentados pelos agricultores familiares do município.

Considerando que a agricultura familiar é uma categoria profundamente heterogênea, torna-se necessário conhecer as diferenças regionais e especificidades locais da agricultura familiar para uma melhor intervenção. Desse modo, precisamos refletir sobre esse tema e propor ações coletivas como uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, colocando esses atores sociais, que sempre estiveram à margem, em um espaço de maior reconhecimento e de resultados mais promissores.

Para tanto, esta dissertação está estruturada em 5 capítulos descritos a seguir: no capítulo 1, é apresentada uma breve revisão teórica sobre a agricultura familiar que se concentra em aspectos do debate clássico sobre essa categoria, como seu reconhecimento enquanto categoria social e suas designações baseadas em contribuições teóricas brasileiras. Além disso, serão também abordadas a importância da agricultura familiar, com base em autores e nos dados do Censo Agropecuário de 2017, as dificuldades que permeiam esta categoria e as políticas públicas voltadas para esse segmento produtivo.

O capítulo 2 refere-se ao associativismo, importante forma de organização para superação das dificuldades dos agricultores familiares, pois permite que a agricultura familiar possa se desenvolver e principalmente satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e humanas de forma coletiva. Também são tratados neste capítulo os fatores que dificultam ou limitam o desenvolvimento dessa prática no meio rural.

No capítulo 3, busca-se entender a agricultura familiar no município de Itaperuna-RJ, abordando o histórico do município, o perfil da agricultura familiar e o contexto histórico do surgimento e desenvolvimento das associações de produtores rurais do município.

O capítulo 4 trata do percurso metodológico utilizado para realização da pesquisa. São apresentados os procedimentos técnicos para realização da coleta e análise dos dados, bem como a área de realização do estudo.

Já no capítulo 5, são apresentadas as análises e interpretações dos dados obtidos, com base teórica sobre a temática. E por último, são apresentadas as principais conclusões que o estudo em questão permitiu alcançar baseadas nas informações junto aos presidentes e produtores rurais.

1 - AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

1.1 Reconhecimento da agricultura familiar

A agricultura familiar se afirmou enquanto categoria primeiramente nos Estados Unidos e em partes do continente europeu, por volta dos anos de 1940. No Brasil, a agricultura familiar, como expressão da agenda nacional, entrou no cenário político na primeira metade dos anos 1990. Até esse momento, os estabelecimentos de menor escala vinham sendo nomeados sob diferentes expressões, como mini fundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou, como era comum na década de 1970, agricultores de baixa renda (NAVARRO, 2010).

Segundo Navarro (2010), o nascimento do conceito Agricultura familiar no Brasil se correlaciona com a assinatura do Tratado de Assunção, o qual deu origem ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, e às resultantes ações político-sindicais dirigidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e do antigo departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o qual formou a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF).

Após a publicação do tratado, a execução de sua implementação deu origem às câmaras de debates e grupos de trabalho, em que eram discutidas novas regras, produtos que seriam protegidos, alíquotas de importação etc. Contudo, não havia um canal de participação dos pequenos produtores dos quatro países (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), sendo esses excluídos dos canais de negociações. Isso gerou insatisfação e acarretou uma série de pressões para reverter este cenário de discriminação em curso.

Com a ascensão à presidência de Itamar Franco, em dezembro de 1992, “a central sindical entendeu que novos esforços de pressão deveriam ser realizados para que os pequenos produtores recebessem apoio governamental de maior significação em diferentes áreas setoriais”. (NAVARRO, 2010, p. 193).

E para isso, organizou-se o seminário sobre política agrícola em Belo Horizonte. Nesse evento, discutiu-se a integração dos pequenos produtores no Mercosul, focando-se, especialmente, na identificação de políticas agrícolas diferenciadas. Entre as consequências dessa ampliação, foram fortalecidas as

políticas para o meio rural e gradualmente a expressão agricultura familiar foi se difundindo (NAVARRO, 2010).

Desse modo, conforme Navarro (2010, p. 195):

[...] agricultura familiar é expressão decorrente de um episódio histórico específico (o Mercosul) e das ações políticas resultantes daquele fato. Apenas posteriormente AF foi beneficiada por alguma legitimidade acadêmica, quando cientistas sociais propuseram, por ângulos diversos, trazer alguma sustentação científica a esta expressão.

Para Schneider (2014), o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é recente e se deve a três fatores importantes, sendo eles: a retomada do papel dos movimentos sindicais que aconteceram após o fim da ditadura militar; o papel dos cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 90; e o papel do Estado e das políticas públicas, que começaram a reconhecer o setor da agricultura familiar e a dar-lhe visibilidade a partir da criação do PRONAF.

Segundo Paula, Kamimura e Silva (2014), a criação e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil devem-se às lutas e articulações dos movimentos sociais liderados pela Contag, que levaram à formulação de políticas públicas direcionadas às especificidades da agricultura familiar.

Foi a atuação desses atores sociais que tornou visível as precárias condições de reprodução social dos pequenos produtores e, cada vez mais, exigiram a ação do Estado na elaboração de políticas públicas adequadas as particularidades desse público (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Após essas mobilizações, o Estado passou a conceder atenção à agricultura familiar, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento do país, criando em 1996 o PRONAF e em 2006 a Lei nº 11.326 da Agricultura Familiar. Sendo essas as primeiras leis direcionadas às demandas e necessidades específicas da agricultura familiar.

Desse modo, o conceito agricultura familiar começou a ser difundido no Brasil adentrando o cenário político, social e acadêmico a partir da criação do PRONAF (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014) e (MATTEI, 2005).

No próximo item, apontar-se-á algumas considerações, de forma sintetizada, referente à designação da agricultura familiar.

1.2 Conceituação de agricultura familiar

O termo agricultura familiar não é um conceito novo, contudo, seu uso recente, com grande inserção nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações. São diversas as contribuições da literatura na delimitação conceitual da agricultura familiar, dentre as quais se destacam duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria e outra que defende ser a agricultura brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007).

Entre os autores que estudam essa temática, Abramovay (2012) pontua que a produção familiar contemporânea não é semelhante ao campesinato e também não pode ser designada como pequena produção ou produção de subsistência. O referido autor pontua que a gestão, a propriedade e o trabalho estão sob responsabilidades da família na agricultura familiar, contudo, os agricultores familiares estão desprendidos de seus traços tradicionais

Para Navarro (2010), os camponeses são coletivos sociais encontrados apenas na gênese de processos econômicos que adiante fundaram sociedades capitalistas. Para o autor o que caracteriza os agricultores familiares é a gestão familiar das atividades e dos processos decisórios estabelecidos no interior dos estabelecimentos rurais.

Já para Wanderley (2001), a agricultura familiar ainda conserva características tradicionais do campesinato, onde não produziram uma ruptura total e definitiva com as categorias anteriores, existindo, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

Para Wanderley (2001, p. 36-37):

a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.

Altafin (2007) na sua reflexão sobre o conceito de agricultura familiar considera cinco “grupos” que estão na origem da agricultura familiar brasileira, que são os índios, os escravos africanos, os mestiços, os brancos não herdeiros e os

imigrantes europeus. Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade, ou seja, uma posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do país desde sua origem.

Schneider (2010) pontua que é possível encontrar no Brasil uma grande distinção entre os agricultores familiares, onde muitos deles atendem a denominações locais e regionais, como colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho, entre outros.

Para Buainain (2005) a agricultura familiar inclui famílias que vivem e exploram pequenas propriedades de terras, com poucos recursos e sem muita tecnologia, como também produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda várias vezes superior a que define a linha da pobreza. Segundo este autor a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado e capacidade de geração de renda.

Por fim, Wanderley (2001) define a agricultura familiar como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, realiza o trabalho no estabelecimento produtivo. A autora ressalta que o caráter familiar não é algo meramente superficial e descritivo, pois o fato de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho gera alteração na sua forma social e econômica. A autora ainda completa destacando que a agricultura familiar é uma categoria necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho geram uma grande diversidade de formas sociais, evidenciando assim, a completa heterogeneidade existente no meio rural.

Diante das diversas classificações da agricultura familiar, e da necessidade de seguirmos os objetivos propostos pela pesquisa, neste trabalho opta-se como critério de designação de agricultores familiares o estabelecido na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A referida Lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu

estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Esta lei foi fruto de discussão nos diversos fóruns sociais e do Congresso Nacional, e consolidou o conceito da categoria de agricultura familiar, que antes era denominado de pequena agricultura. A lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, e define agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural (PERACI; BITTENCOURT, 2010, p.194).

A delimitação formal do conceito de agricultura familiar estabelecido pela Lei 11.326, de 2006, representou segundo Navarro (2010) em determinado momento histórico uma vitória política dos pequenos produtores, dantes excluídos da ação governamental. Apesar disso, o referido autor pontua que a expressão agricultura familiar é limitadora em face da heterogeneidade estrutural que caracteriza as áreas rurais. Segundo Navarro (2010, p.195) “atualmente é expressão que vai restringindo, cada vez mais nitidamente, o aperfeiçoamento das políticas públicas para os produtores familiares”.

Desse modo, Navarro, 2010, p. 195-196:

Assim, é urgente o debate sobre tal noção, expandindo-a em suas particularidades empíricas, com o intuito de demonstrar a imensa diversidade social e produtiva que caracteriza as regiões agrárias - e, como consequência, permitindo o aprimoramento da ação pública em benefício deste imenso conjunto de produtores.

Apesar dos entraves descritos por Navarro (2010), Schneider (2014) destaca que muitos foram os progressos que o Brasil registrou em relação à definição e compreensão das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de sua diversidade econômica e heterogeneidade social, constituída por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo para o autoconsumo, comercialização e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais.

1.3 Importância da Agricultura Familiar no Brasil

Após a publicação dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e do estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre a agricultura familiar estabeleceu-se um verdadeiro debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do Brasil (SCHNEIDER, 2014). A agricultura familiar no Brasil representa a maioria dos estabelecimentos rurais e produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

A agricultura familiar está relacionada diretamente às questões culturais, à segurança alimentar, à diversidade na produção, à valorização do ambiente em que está inserida e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local. Apesar das dificuldades em acessar os mercados, é também geradora de renda, pois possui atributos embutidos na sua essência, que são verdadeiros potenciais (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014, p. 36).

Existem no Brasil 5.073.324, estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 351,2 milhões de hectares. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares representam 81,4% da quantidade total e ocupam apenas 12,8% da área. Enquanto os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares representam apenas 0,3% do total de estabelecimentos e ocupam 32,8% da área de estabelecimentos no país (IBGE, 2017).

Os estabelecimentos até 50 hectares são os responsáveis por abrigar a grande maioria das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias no Brasil. Assim, ainda que participem com apenas 12,8% da área dos estabelecimentos agropecuários, o grupo de área com até 50 hectares acolhia 71,7% de todo o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do País em 2017. Essa proporção alcançou mais de 80% na Região Nordeste. Por outro lado, os estabelecimentos acima de 2 500 hectares, que ocupam 32,8% de toda área dos estabelecimentos, foi responsável por menos de 5% do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias (IBGE, 2020, p. 48).

A agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, 3.897.408 estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, sendo a agricultura familiar o maior segmento do meio rural (IBGE, 2017).

Os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, mostrando assim a histórica desigualdade da distribuição da posse e utilização da terra no Brasil (IBGE, 2017).

A agricultura familiar foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários e o valor de sua produção foi de 107 bilhões de reais. Manteve o total de 10,1 milhões de pessoas ocupadas em 2017, ou seja, 67% do total de pessoas ocupadas no meio rural estão em função da agricultura familiar. Sendo que 15,4% estão na região Norte, 46,6% na região Nordeste, 16,5% na região Sudeste, 16,0% na região Sul e 5,5% na região Centro Oeste do Brasil (IBGE, 2017). Desse modo, pode-se perceber que a agricultura familiar contribui para a geração de emprego e renda para cerca de 10 milhões de pessoas, demonstrando assim sua importância econômica e social no Brasil.

A agricultura familiar ocupa papel importante na garantia da segurança alimentar, seja na produção agrícola em si, na capacidade de fornecer volumosos alimentos ao mercado e na capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos. Contribuindo dessa forma para o abastecimento do país, mesmo tendo pouco acesso a terra, ao crédito e às inovações. Para Aquino, Gazolla e Schneider (2018) a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no mercado interno.

Em relação à produção de alimentos a agricultura familiar é responsável por parte considerável do abastecimento interno, compondo a dieta alimentar básica da população e atua como uma grande contrapartida à produção nacional (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

A agricultura familiar brasileira tem peso importante na estrutura agrária nacional, além de ser responsável pela geração de empregos, ocupações, renda e pela produção de alimentos destinados ao mercado doméstico. Reconhecer seus múltiplos papéis no desenvolvimento rural é uma tarefa fundamental (AQUINO; GAZOLA; SCHNEIDER, 2018, p. 137).

A agricultura familiar ocupa papel de grande relevância para o Brasil na geração de emprego, renda e na produção de alimentos, atuando como um catalizador capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social nas diversas regiões do País (RIBEIRO et al., 2017).

1.4 Histórico de Negligência e avanços da Agricultura Familiar

Estudando a formação da estrutura agrária brasileira, observa-se que seu processo histórico é marcado pela elaboração de políticas voltadas principalmente para as grandes propriedades, o que desencadeou um reconhecimento tardio da categoria agricultura familiar no Brasil.

Fazendo um resgate histórico, desde o período colonial, com a concessão de sesmarias, no período imperial passando pela Lei de Terras de 1850, e a modernização conservadora da agricultura, é possível perceber que o apoio do Estado foi dado à formação dos latifúndios, o que contribuiu para a conquista do território brasileiro. Contudo, a constituição das pequenas propriedades foi limitada pela hegemonia do latifúndio.

Apenas no ano de 1963 surgiu uma legislação específica para o campo, para tratar da temática rural, o Estatuto do Trabalhador Rural (PALMEIRA, 1989). Wanderley (2015) apresenta que o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 02 de maio de 1963) foi o primeiro texto legal que reconheceu os trabalhadores rurais como sujeitos de direitos trabalhistas e passíveis de serem reclamados em justiça. Posteriormente, no ano de 1964 foi lançado pelo governo João Goulart, o Estatuto da Terra, Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que previa a realização da reforma agrária e a modernização da agricultura (SANT'ANA, 2012). Segundo Beserra (2011) um dos objetivos do Estatuto da Terra foi conter as reivindicações e o agravamento dos conflitos no campo. Segundo Cruz (2012) o Estatuto da Terra apresentou um caráter inovador, pois novos conceitos ligados à questão agrária foram introduzidos, e houve avanços dos direitos trabalhistas do meio rural e a reivindicação da função social da terra.

Apesar de seu caráter inovador, o Estatuto da Terra não alterou em nada a distribuição da terra (PALMEIRA, 1989). Para Sant'ana (2012), tais estatutos contribuíram, na realidade, para aumentar a concentração fundiária e a expulsão das pessoas do campo, pois viabilizaram a modernização agrícola conservadora, o que possibilitou tanto a exploração econômica quanto a dominação política da classe dominante.

A modernização da agricultura, iniciada ainda na década de 60, gerou um considerável aumento na produção agrícola, da exportação e contribuiu para o crescimento da economia nacional. Contudo, se apresentou de maneira excludente,

beneficiando apenas parte da produção, em especial aquela destinada a exportação, indo de encontro ao interesse da elite rural e deixando grande parte dos agricultores à margem desse processo.

Nas palavras de Palmeira (1989), o processo de modernização da agricultura gerou “efeitos perversos”, pois a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, e houve uma piora na qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Devido a esses fatores, alguns autores usam a expressão “modernização conservadora”.

De acordo com Balsan (2006), o processo de modernização fez surgir novos planos e formas de exploração agrícola gerando desse modo mudanças na pecuária, na agricultura, alterações no meio ambiente, aumento da concorrência em relação à produção e os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvidos nestas atividades.

Com a modernização da agricultura houve mudanças técnicas e tecnológicas e com isso a necessidade de introduzir novas atividades e adaptação dos sistemas tradicionais de produção às exigências do mercado. Serviços como Assistência técnica, extensão, serviços de meteorologia, comercialização são fundamentais para a viabilidade dos sistemas mais avançados, e sua ausência e/ou escassez restringe o desenvolvimento e consolidação de sistemas produtivos onde os agricultores familiares poderiam ser competitivos e viáveis (BUAINAIN; ROMERO; GUANZIROLI, 2003).

Mattei (2005) ressalta que durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas direcionadas para o meio rural, favoreceram os setores mais capitalizados e o setor da agricultura familiar ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, como crédito rural, preços mínimos e seguro da produção. Grisa e Schneider (2014) ressaltam que a agricultura familiar sempre esteve às margens das ações do Estado brasileiro.

O apoio governamental oferecido pelo Estado no processo de modernização agrícola chegou apenas até o grande produtor, o que fez com que grande parte dos agricultores familiares ficassem à margem desses incentivos e deixassem o campo, seu modo de vida e fossem para a cidade por busca de melhores condições. A agricultura familiar, mais que uma forma de organização da produção, é um modelo de vida, que vem, ao longo dos anos, resistindo e tentando se firmar diante dos

modelos de desenvolvimento da agricultura moderna (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Desse modo, o cenário que se estabeleceu no campo brasileiro foi de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com a produção direcionada para exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais (TEIXEIRA, 2005).

Dessa forma, os incentivos concedidos pelo Estado asseguravam a modernização e a reprodução da grande propriedade monocultora, fazendo com que a agricultura familiar ocupasse um lugar subalterno na sociedade dificultando assim sua permanência e desenvolvimento no campo (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

Apesar desse histórico de negligência, recentemente, a agricultura familiar vem ganhando espaço na agenda pública, como será visto no próximo item.

1.5 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

Após muitas mobilizações e reivindicações dos agricultores familiares, seja por crédito, terra, reconhecimento social, o Estado passou a conceder atenção a este setor. Até o início da década de 90, não havia nenhuma política pública, com abrangência nacional, direcionada as necessidades específicas da categoria agricultura familiar. Esse cenário muda com a criação do PRONAF (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014) e (MATTEI, 2005).

Nas palavras de Grisa e Schneider (2014) o que marcou o reconhecimento político e institucional do Estado brasileiro à categoria social, agricultura familiar, foi a institucionalização do PRONAF, o qual abriu possibilidades institucionais para a criação de novas políticas para a agricultura familiar. A criação do PRONAF possibilitou a elaboração de um conjunto de medidas direcionadas a fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares.

A institucionalização do PRONAF possibilitou que as políticas agrícolas para a Agricultura Familiar fossem ampliadas, saindo da mera concessão de crédito rural para o apoio à comercialização da produção, seguro de preços, clima, renda, e

fornecimento de assistência técnica. Devido a isso, o PRONAF significou uma grande conquista para os agricultores familiares, contribuindo para o reconhecimento social da importância da agricultura familiar na geração de trabalho e renda.

O reconhecimento da agricultura familiar como categoria social e produtiva permitiu que diversos programas de políticas públicas fossem criados com o objetivo de garantir sua reprodução enquanto produtora de alimentos básicos para a alimentação, além de permitir a manutenção e ocupação do homem no campo (SOUZA-ESQUERDA; BERGAMASCO, 2014).

Segundo o Manual do Crédito Rural o PRONAF tem como finalidade, incentivar a geração de renda e melhorar a utilização da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Segundo Schneider (2003), o PRONAF:

[...] nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Para Buanain e Dedecca (2010), com distribuição do PRONAF foi possível alcançar praticamente todos os segmentos de produtores familiares, seja do mais pobre àqueles com melhores condições econômico-financeiras, gerando impacto sobre o mercado de trabalho, pois viabiliza e facilita a modernização tecnológica e eleva a resistência dos pequenos produtores, abarcando os mais pobres, para persistir aos processos históricos de pobreza no meio rural.

Segundo Souza e Barbé (2014), a contribuição do PRONAF para a agricultura familiar é indiscutível, contudo, seu desempenho vem sendo questionado por não levar em consideração as particularidades da categoria agricultura familiar, com tendência a seguir a lógica do sistema tradicional de financiamento agrícola, gerando distribuição desigual de recursos entre as regiões do país e concentração dos mesmos nas mãos dos agricultores mais capitalizados.

Lima e Junqueira (2008) pontuam que apesar das contribuições e conquistas do PRONAF, ainda não se pode dizer que houve uma universalização do crédito, pois a maioria dos agricultores familiares não tem acesso a estes recursos.

Apesar desses entraves, Souza e Barbé (2014) pontuam que:

a elevada desigualdade na distribuição regional dos financiamentos do PRONAF, observada nos primeiros anos do programa, foi se reduzindo por meio de medidas que facilitaram o acesso aos recursos pelos diversos municípios e tipos de agricultores familiares (SOUZA & BARBÉ, 2014, p. 32).

Além do PRONAF, outras políticas foram elaboradas com a finalidade de atender as necessidades dos agricultores familiares. Dentre as políticas públicas criadas, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um importante programa voltado para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira, o qual estimula e fortalece a agricultura familiar por meio da utilização de compras governamentais como ferramenta de estímulo e de garantia de melhores preços para os alimentos produzidos pela agricultura familiar, gerando um mercado institucional para esses produtos. O PAA insere-se no contexto de política pública voltada à agricultura familiar com ênfase na segurança alimentar e nutricional. Esse programa foi instituído pela Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003 (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

O PAA foi implantado objetivando o incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar, o incentivo à comercialização desses produtos e a contribuição para que pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pudessem ter acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade. Ou seja, o PAA alia a política agrícola, enfocando a questão da comercialização, à segurança alimentar e nutricional da população. Tem também o objetivo de contribuir para a formação de estoques estratégicos e, com isso, permitir aos agricultores familiares armazenarem seus produtos para que esses possam ser comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. 210).

Lima e Junqueira (2008) pontuam que o PAA além de beneficiar os agricultores familiares que encontram dificuldades de escoamentos da produção, possibilita a entrada destes no comércio local. Além disso, o programa é um fortalecedor do mercado interno, aperfeiçoa a dieta das famílias e sustenta a demanda dos alimentos produzidos na agricultura familiar.

Outro importante programa para a promoção da agricultura familiar foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Institucionalizado pela Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009, criou-se um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. De acordo com o artigo 14 dessa lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

Segundo Peraci e Bittencourt (2010), o PNAE existe há mais de cinquenta anos no Brasil, e foi sendo reformulado e atualizado ao longo dos anos. Nessa época, os produtos alimentares não eram comprados localmente, e não tinham vinculação com os hábitos alimentares locais. Esse cenário mudou com a publicação da Lei Nº 11.947, passando a aquisição de gêneros alimentícios, sempre que possível, ser realizada no mesmo município da escola e quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, na referida ordem.

Do ponto de vista da produção da agricultura familiar, o PNAE contribui para a garantia de acesso à venda no mercado institucional, segurança alimentar com produção regional, fortalecimento da diversificação produtiva, geração de renda e agregação de valor e sustentabilidade do modelo de desenvolvimento com o fortalecimento do associativismo e cooperativismo (PERACI; BITTENCOURT, 2010).

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabeleceu um percentual mínimo de 30% dos recursos do FNDE, repassados aos municípios pelo PNAE, os quais devem ser direcionados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Tanto o PNAE quanto o PAA são programas que possibilitam a aproximação entre agricultores familiares e consumidores, estabelecendo uma conexão entre o campo e cidade. E contribuem para a diversificação da produção e aumento da renda destes agricultores. Ressaltam ainda, que esses programas surgem como uma possibilidade de contribuir no enfrentamento das problemáticas relacionadas ao consumo e à produção de alimentos, contribuindo tanto do lado social quanto do nutricional e econômico (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014). O PAA e o PNAE

foram criados para responder aos problemas de comercialização e acesso aos mercados da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2014).

Uma outra política que merece destaque é a previdência social rural. Segundo Lima e Junqueira (2008) a Constituição Federal de 1988 teve como princípio a universalização da seguridade social, formada pelo tripé saúde, previdência e assistência social. A partir disso, passou-se a prever o acesso universal de idosos e inválidos do meio rural à previdência social, em regime especial, ou seja, sem contribuição prévia.

Para Buainain e Dedecca (2010) a massificação do Programa Bolsa Família e o aumento da cobertura da previdência social são indicados como fatores de estímulo ao avanço e continuação da reprodução da agricultura familiar.

A transferência regular de renda para domicílios rurais modificou radicalmente o status quo de milhões de domicílios cujos moradores viviam em situação de insegurança associada tanto à incerteza da produção agrícola quanto à própria demanda por trabalho temporário – remunerado pelo pagamento de diárias que, mesmo para aqueles que trabalharam durante todo o mês, em muitas regiões, não alcançava o salário-mínimo (SM) (BUAINAIN; DEDECCA, 2010, p. 139).

Assim sendo, percebe-se que é inegável o papel que a previdência rural e as demais políticas agrícolas têm exercido para o aumento da renda e diminuição da pobreza no meio rural.

Apesar de sua importância, Denardi (2001) pontua que as políticas agrícolas brasileiras tornaram-se subsidiárias, submetidas às determinações macroeconômicas. Ou seja, é um mero paliativo para minimizar as consequências da “inevitável” marginalização e exclusão dos pequenos produtores agrícolas sem possibilidades de integração e competição nos mercados globalizados. Não rompem com o padrão de desenvolvimento adotado no país e preserva as desigualdades existentes no meio rural.

Sendo assim, apesar dos avanços possibilitados pelas políticas criadas na década de 90, a agricultura familiar apresenta algumas dificuldades. Um obstáculo que atinge a categoria familiar no campo é a pouca disponibilidade de terra para produzir e a precária qualidade dos solos (BLUM, 2010).

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários são familiares, contudo, ocupam apenas 23% da área total dos

estabelecimentos agropecuários brasileiros. No Brasil, 52,2% dos estabelecimentos familiares têm menos de 5 ha, 30% têm entre 5 a 20 ha, 18,6 % estão na faixa de 20 e 50 ha e apenas 7,7% possuem área entre 50 a 100 ha. Denotando assim, a manutenção de uma estrutura agrária altamente concentrada.

Além da problemática da quantidade e qualidade das terras, Blum (2010) afirma que a agricultura familiar também enfrenta problemas com mão-de-obra. Segundo o autor a mão-de-obra é escassa, muitas vezes motivada pelo êxodo rural, e pouco qualificada.

Ademais, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) pontuam que o caráter concentrador e seletivo da política de crédito rural também é um limitador para o acesso e posterior desenvolvimento da agricultura familiar. A política de crédito conduzida pelo Estado, conscientemente ou não, tem contribuído para a permanência e aumento do abismo produtivo que predomina no campo. A agricultura familiar ainda ocupa um lugar secundário na política agrícola nacional e ainda tem perdido espaço recentemente.

A participação percentual da agricultura familiar na distribuição do crédito rural alcançou 17% nos anos 2005- 2009, declinando para o patamar de 13% nas últimas safras (2013-16). O perfil distributivo apresentado reflete o movimento organizado do chamado “agronegócio” no sentido de captar fatias crescentes de recursos do crédito rural, mas também evidencia a desigualdade que o próprio Estado introduz nos processos de reprodução socioeconômicos das “duas agriculturas” analisadas, com um nítido desfavorecimento das formas familiares de produção e trabalho no campo (AQUINO; GAZOLA; SCHNEIDER, 2018, p. 130).

Os gastos públicos com a agricultura familiar são inversamente proporcionais a sua expressividade numérica de postos de trabalho e abastecimento do mercado interno, quando comparada a agricultura não familiar ou patronal. Isto pode ser identificado pela análise do plano safra 2021/2022 que teve um total de 251,2 bilhões destinados para apoiar a produção agropecuária nacional, dos quais 81 % foram destinados para a agricultura não familiar e apenas 19% foram destinados para a agricultura familiar.

Para Abramovay (1999), existe no Brasil um amplo segmento da agricultura familiar que não consegue se afirmar economicamente em virtude do ambiente social que a vincula ao mercado. Uma das principais dificuldades enfrentadas pela

agricultura familiar segundo o referido autor está relacionada à participação em mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovação.

A limitação estabelecida pelo conceito agricultura familiar e institucionalizada no âmbito das políticas públicas e aceita sem questionamentos, é para Navarro (2010) um fator limitador, pois ao desconsiderar a heterogeneidade da agricultura familiar, as políticas públicas esbaram em crescentes inconsistências, pois não levam em consideração as diferenças socioeconômicas, padrões de racionalidade e níveis de sociabilidade capitalista presentes no campo. Segundo o autor, a expressão agricultura familiar precisa de um melhor refinamento, para que possa aperfeiçoar a ação governamental a favor dos diferentes segmentos pertencentes à agricultura familiar.

Além das dificuldades descritas acima, é possível encontrar na literatura outros aspectos que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar como baixos rendimentos, condições precárias de trabalho, perspectivas incertas de mercado, alterações climáticas, dificuldade de adaptação ao padrão tecnológico difundido pela modernização da agricultura, ausência de orientação técnica, instabilidade de preços e principalmente a fragilidade de organização social dos agricultores familiares (MENDES, 2005; MARTINE, 1991; BUAINAIN; ROMERO; GUANZIROLI, 2003; PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014)

Para enfrentar os problemas e as especificidades da agricultura familiar, precisa-se da elaboração de políticas públicas pertinentes, as quais buscam viabilizar os pequenos empreendimentos produtivos, promover a fixação do produtor rural no campo, possibilitar o desenvolvimento regional e organização dos agricultores familiares (LIMA; JUNQUEIRA, 2008).

Em suma, o fortalecimento e consolidação da agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais os quais devem ser elaborados de modo articulado por diversos atores e instrumentos, e onde, o papel do Estado e das Políticas públicas cumpre um papel fundamental. Os agricultores familiares precisam deixar de ocupar a cadeira de coadjuvante e assumir o lugar de protagonista na elaboração de políticas públicas direcionadas ao meio rural.

Diante dessas dificuldades, são diversas as formas de superação adotadas pela agricultura familiar nos últimos anos. Uma delas tem sido a prática do associativismo, que segundo Blum (2010, p. 90) “é o calcanhar de Aquiles para que

comunidades rurais se desenvolvam e se constitui em condição *sine qua non* para a sobrevivência da sociedade agrícola e, também, da urbana”. Esse assunto será tratado no capítulo dois.

2 - ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A prática de cooperação entre os indivíduos não é algo novo na história da humanidade, existindo desde o seu início, contribuindo para o surgimento de grandes civilizações. Com a Revolução Industrial, a forma como o trabalho era visto mudou. Começou haver o surgimento da especialização e fragmentação do processo produtivo e a separação entre trabalho mental e físico, como aponta Balem (2016).

A Revolução Industrial aconteceu na Europa nos séculos XVIII e XIX, com essa mudança no processo produtivo, o trabalho artesanal foi substituído pelo trabalho realizado por operários com o auxílio de máquinas em fábricas (BALEM, 2016, p. 16).

Balem (2016) pontua que até o final do Século XVII, grande parte da população vivia no meio rural e eles próprios fabricavam a maioria dos utensílios, roupas e calçados que utilizavam. No entanto, a população urbana foi aumentando e foi necessária uma maior oferta de bens de consumo, desse modo, as oficinas de artesãos deram lugar às fábricas.

O papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro e no suporte ao processo de industrialização foi fornecer mão-de-obra para o setor industrial, produtos alimentícios e matérias-primas a custos constantes e decrescentes, suprimento de capital para o financiamento de investimentos industriais, suprimento de divisas estrangeiras e criação de um mercado consumidor interno para os produtos industriais (ALBURQUERQUE; NICOL, 1987; ALMEIDA; PAULINO, 2000).

A modernização da agricultura esteve alicerçada em um processo chamado de Revolução Verde, implantado no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, onde os pilares de sustentação eram a mecanização agrícola, melhoramento genético, adubação química e uso de agrotóxico para controle de pragas, doenças e plantas invasoras. Desse modo, assim como na indústria, essas mudanças geradas pela modernização da agricultura contribuíram para o aumento da produtividade e especialização do processo produtivo (BALEM, 2016).

Contudo, Balem (2016, p. 19-20) ressalta que:

Esse aumento de produtividade ocorreu somente em alguns cultivos, que eram considerados os mais visados pela modernização, ao que

convencionamos de chamar de commodities. São produtos considerados matérias-primas que serão transformados em outros produtos agroindustrializados e podem ser comercializadas sem processamento algum, ou podem ser minimamente processados. Normalmente, são produtos voltados para exportação.

Do ponto de vista de Balem (2016), a mecanização foi importante para o cultivo de grandes áreas, contudo, foi determinante para a seletividade dos cultivos e homogeneização do meio rural, além de ter aumentado os problemas ambientais, a contaminação dos solos pelo grande uso de agroquímicos, êxodo rural e concentração fundiária. A autora pontua ainda que os agricultores familiares foram os mais prejudicados com o processo de modernização da agricultura, pois muitos não conseguiram continuar no campo e migraram para os grandes centros urbanos.

Segundo Souza-Esquerdo e Bergamasco (2015), os incentivos concedidos pelo Estado possibilitaram a modernização e a reprodução da grande propriedade monocultora, contribuindo para que a agricultura familiar ocupasse um lugar subalterno na sociedade, dificultando assim sua permanência, desenvolvimento e reprodução no campo.

Diante disso, uma das formas de tentar superar as consequências perversas causadas pela modernização da agricultura têm sido, as práticas associativas que estão se desenvolvendo nas comunidades rurais, principalmente naquelas de produtores familiares.

O associativismo e o cooperativismo são formas de organização que tem por objetivo ações que beneficiem todo o grupo, de forma igualitária. Schallenberger, 2003, apud Lima e Silva, 2020, p. 176, pontuam que o cooperativismo nasce como alternativa e ideia de combate aos determinantes do capitalismo (individualismo, competitividade, divisão do trabalho, heterogestão, entre outros) que começavam a se desenhar após uma radical transição pela qual a sociedade passava no período da Revolução Industrial, uma dinâmica extremamente competitiva. Apesar de semelhantes, o associativismo e o cooperativismo, são organizações sociais diferentes. A diferença essencial está na natureza dos dois processos (BALEM, 2016).

Segundo Sangalli et al. (2015), o cooperativismo tem finalidade essencialmente econômica. Tendo como objetivo principal viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado. E o associativismo tem por

essência proporcionar uma atividade social, benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Além disso, outra diferença entre as duas organizações segundo Balem (2016) é:

[...] a entre o associado e o patrimônio, pois na cooperativa os associados são donos do patrimônio e as sobras decorrentes das transações comerciais da cooperativa, quando decididas em assembleia, podem ser distribuídas entre os associados. Já na associação, o patrimônio acumulado, em caso da sua dissolução, deverá ser destinado à outra instituição semelhante, conforme determina a lei, e os ganhos eventualmente auferidos pertencem à sociedade e não aos associados que dela não podem dispor, pois os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação (BALEM, 2016, p. 28-29).

Apesar das diferenças, o cooperativismo e o associativismo contribuem para mitigação de empecilhos do crescimento das atividades agrícolas. Pois, ao possibilitarem aumento da renda, encadeamentos diretos e indiretos nas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico (SANGALLI et al., 2015).

Nessa perspectiva, o associativismo e o cooperativismo são ferramentas essenciais para o fortalecimento da coletividade, que promovem a inserção econômica dos pequenos produtores no mercado e, assim, permitem que a agricultura familiar possa se desenvolver e principalmente satisfazer as necessidades econômicas, sociais e humanas de forma coletiva, visto que a fixação dos agricultores no campo tende a ser o maior dos benefícios do mundo rural (SANGALLI et al., 2015, p. 229).

Com relação especificamente ao associativismo, sua solidificação no Brasil ocorreu em meados da década de 1980 e na década de 90 houve sua expansão, abrindo novos horizontes e identificação do papel das associações para o desenvolvimento do país e para as conquistas de direitos sociais (SANTANA, 2019).

Beserra (2011) anuncia que as propostas de enfrentamento da questão agrária no Brasil, principalmente, a partir dos anos de 1990, atribuem significado especial às entidades associativas no meio rural não apenas como um mecanismo de organização da produção e comercialização, mas também como estratégia de ação política.

Para Beserra (2011):

[...] com o princípio da descentralização institucionalizado na Constituição Federal de 1988 abre-se um espaço à participação da população através de diferentes mecanismos, nos quais se incluem as associações de pequenos produtores rurais e com isso, redireciona-se as relações Estado-Sociedade e as possibilidades de iniciativas dos grupos subalternos, os quais podem se organizar para uma efetiva ação política (BEZERRA, 2011, p. 43-44).

Com relação ao surgimento das associações no espaço rural, Lisboa e Alcantara (2019) apontam que se deu por intermédio de “exigências” governamentais. Ou seja, no processo de operacionalização das políticas públicas voltadas para o agricultor familiar, elas traziam como requisito a exigência de uma entidade associativa, objetivando a necessidade da organização e institucionalização dos produtores rurais para a garantia e o facilitar da implementação das ações sociais.

Visando acalmar os ânimos e controlar os rumos da sociedade civil, o Estado passou a incentivar a participação do produtor rural, estimulando-o a se organizar em associações que permitissem integrá-lo de forma competitiva ao mercado. Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial – principal financiador do Estado brasileiro - as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas à sua participação em associações. Deste modo, as associações de produtores rurais foram adquirindo cada vez mais relevância no espaço rural brasileiro, tanto pela possibilidade de obtenção de recursos provenientes das políticas públicas, quando pela necessidade de organizar pautas reivindicatórias perante as instâncias governamentais (OLIVEIRA, 2012, p. 4).

Oliveira e Hespanhol (2011) corroboram os autores Lisboa e Alcantara (2019), ao dizer que o associativismo, que vem sendo desenvolvido no Brasil tem sido motivado pelo Estado. Ao invés de uma construção gestada na base e centrada nos pressupostos da participação como garantia de autonomia ao grupo social que a realiza, tem-se justamente o contrário, pois na medida em que o Estado tem construído programas e políticas públicas que vinculam o fornecimento de créditos e recursos à participação em organizações coletivas como associações e cooperativas.

Diante disso, Oliveira e Hespanhol (2011) assinalam que as práticas associativas desenvolvidas no Brasil atuam numa situação paradoxal, tendo em vista que o aparelho estatal busca controlar as ações dos grupos sociais e esta

prática acaba inviabilizando a aproximação e o fortalecimento de uma identidade de classe da produção familiar.

Segundo Amorim e Silva (2015), o associativismo rural tem se consolidado no Brasil como uma prática de organização social e coletiva no campo. E essa ação tem sido motivada pela busca de acesso as políticas públicas para o meio rural, pela sobrevivência e geração de renda. Desse modo, a participação dos agricultores rurais em associações tem se tornado uma prática comum, diante do imperativo da acumulação capitalista, que priva e exclui aqueles que não possuem condições econômicas e infraestruturas para operar no segmento da produção. Ainda segundo os autores, o associativismo contribui para as mobilizações reivindicatórias, de conquistas de direitos, de participação democrática e de acesso às políticas públicas.

Amorim e Silva (2015) apontam que ao analisar o associativismo, principalmente o rural, precisa-se atentar que ele está incluso em uma realidade estrutural contraditória e desigual do sistema capitalista, e que a sua prática não suprime as consequências do sistema nas relações de produção e sociais presentes no meio rural. Sendo assim, o associativismo é uma estratégia utilizada pelos agricultores para amenizar as expressões da questão social geradas pela questão agrária no campo. Segundo Amorim e Silva (2015, p. 8-9):

Nota-se que o associativismo rural torna-se de um lado, uma alternativa em busca de superar parte dessas dificuldades e da exclusão estrutural do processo de produção no campo, mas por outro, é um mecanismo que tem contribuído de forma expressiva às comunidades camponesas em conseguir representatividade legítima e por meio dela reivindicarem acesso aos serviços e as políticas públicas, assegurando assim direitos de cidadania, benefícios que lhes são negados no exercício da ação individualizada. Nesse sentido, o associativismo rural, pode ser uma alternativa para melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção no campo, haja visto a desigual distribuição de renda, o persistente alto índice de pobreza e a elevada taxa de analfabetismo entre os agricultores rurais. O associativismo pode reivindicar ações do Estado no sentido de contribuir para a instituição de políticas públicas voltadas para a formação profissional e geração de renda por meio do estímulo econômico à vocação produtiva da região.

Para Oliveira (2012, p. 2), “o associativismo rural se constitui numa importante estratégia de inserção econômica dos produtores rurais e numa possibilidade de reprodução social”. O autor ainda diz que essa prática potencializa a superação das

barreiras impostas pelos capitais comercial, industrial e financeiro tanto para a compra quanto para a comercialização de produtos agropecuários.

Balem (2016) destaca que a atuação em grupo permite o compartilhamento de ideias, experiências e o melhor proveito do aprendizado individual de cada família. E ressalta que quando os agricultores estão organizados em associação possuem mais força para reivindicar apoio do poder público municipal, junto aos órgãos de extensão, ensino e de outras entidades que podem ajudar em seus processos de desenvolvimento.

Normalmente, os agricultores apresentam as mesmas dificuldades de produção, de acesso ao mercado e assistência técnica. E as associações tendem a ajudar estes a resolver problemas que são comuns a todos e, inclusive, a melhorar o desempenho econômico das propriedades. O associativismo também é um dos caminhos para as famílias de agricultores se empoderar e buscar maior inserção e visibilidade na sociedade. A transformação da atuação individual e familiar para uma atuação e participação grupal e comunitária pode ser um mecanismo importante de garantia de maior renda para as famílias rurais, acesso qualificado ao mercado, processamento de produtos, diminuição da penosidade do trabalho, assessoria de qualidade (BALEM, 2016, p. 44).

Para Carmo (2020), o associativismo pode ser visto como uma estratégia para melhoria das condições de vida da população, apresentando-se como um espaço de ajuda mútua a seus associados. De um modo simples, a principal função de uma associação é a organização e representação coletiva dos interesses de seus associados.

Lisboa e Alcantara (2019) afirmam que apesar de geralmente ser associado à atividade econômica, o associativismo é muito mais que isso, se trata de um processo social que envolve diferentes segmentos da sociedade carregados de diversidade.

O associativismo rural consiste em uma atividade organizacional coletiva que tem como finalidade conquistar benefícios comuns para os sujeitos que a compõe, sem nenhum fim lucrativo. As práticas organizacionais coletivas no campo se constituem como importante vetor no que diz respeito à percepção e busca de direitos. Assim, pode-se afirmar que essa prática associativa é fruto da constante luta social no espaço rural por melhores condições de vida, por um reconhecimento que proporcione certa integração no cenário social, econômico e cultural (LISBOA; ALCANTARA, 2019, p.23).

O trabalho associativo no meio rural é uma ferramenta de organização importante, pois possibilita o crescimento pessoal e profissional, acesso as políticas públicas, maior poder para reivindicar junto ao Governo a assistência à elaboração e à manutenção de bens de utilidade pública, como postos de saúde, escolas, estradas (RIBEIRO et al., 2017).

O associativismo rural pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores, a favor das melhorias de vida no campo, e contra as injustiças existentes no meio rural, proporcionando a permanência na terra, como também, uma estratégia de resistência social, através do aumento da capacidade de inserir sua produção, que geralmente é em pequena escala, no circuito econômico (RIBEIRO et al., 2017, p.132).

As associações são formadas pela união de pessoas que se organizam visando o bem-estar comum e o desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos, podendo ser formada por grupos e finalidades distintas, mas com interesses em comum. Um dos principais objetivos das associações é defender os interesses de seus associados e estimular sua melhoria técnica, profissional, econômica e social. As associações de agricultores rurais são as que mais se destacam no segmento de organização dessa categoria (RIBEIRO et al., 2017).

Um nível mais elevado de organização aumenta o poder de pressão dos produtores junto ao governo, podendo, como consequência, influenciar positivamente a intervenção pública, requisitar assistência técnica, carrear recursos adicionais para os produtores e para a implantação de obras de infraestrutura básica (estradas e eletrificação) que modificam em profundidade as opções produtivas dos produtores. Há evidências esparsas de que onde a organização dos produtores está presente, ainda que apenas voltada para a comercialização, a produção para o mercado é mais significativa e o nível tecnológico é mais avançado, resultando em elevação da produtividade. A ausência e a fragilidade organizacional acarretam problemas de escala, padronização, frequência na entrega e meios adequados de acondicionamento, estocagem e transporte que impedem que os produtores, particularmente os pequenos agricultores, aproximem-se do outro extremo da cadeia de comercialização, tornando-os reféns de atravessadores e comerciantes (SOUZA FILHO et al., 2011, p. 236).

Um fator importante para o fortalecimento da agricultura familiar é a sua organização. A organização é importante para assegurar a escala mínima necessária a determinadas tecnologias, bem como para aumentar o poder de

negociação dos agricultores junto ao governo, organização da produção e comercialização, facultando-lhes maior influência nos rumos de políticas públicas com efeitos na adoção de tecnologia (SOUZA FILHO et al., 2011).

Com relação aos problemas enfrentados pelo associativismo brasileiro, Aguiar (2007) pontua que há dificuldades relacionadas à forma participativa de gestão e aos objetivos dos associados.

Alguns dos principais papéis que devem ser desempenhados pelas associações e que também se constituem como desafio, é o informativo e de orientação trabalhados na perspectiva da conscientização dos direitos, deveres e do verdadeiro papel das associações como condicionantes para autonomia e autogestão das mesmas. Sendo esses últimos primordiais na consolidação do real associativismo, desenvolvido no contexto democrático e de emancipação dos sujeitos envolvidos (LISBOA; ALCANTARA, 2019, p. 25).

Segundo Carmo (2020), as associações possuem dificuldade de planejamento, ou seja, as atividades são realizadas a partir das necessidades identificadas no momento. Os recursos são oriundos dos próprios associados. As associações utilizam pouco a contabilidade como ferramenta de prestação de contas e não praticam de modo adequado a gestão empresarial dessas organizações.

A forma de participação, gestão, os objetivos diversos dos grupos, marcada pelo individualismo, pouco conhecimento sobre os benefícios do associativismo, conflitos internos, e o fato dos integrantes muitas vezes, não trocarem experiências, são um dos grandes desafios para consolidação das associações. Oliveira e Hespanhol (2011) ressaltam que a capacidade crítica de uma associação é de extrema importância para que a mesma possa enfrentar as adversidades e que um modelo de associativismo autônomo ainda está por ser construído.

A superação da fragmentação existente no espaço rural brasileiro está inegavelmente associada à capacidade de construção de uma identidade coletiva autônoma da produção familiar. Para isso, a prática associativa pode vir a ser esse elemento de coesão do grupo, o que até o presente momento não foi construído pelo formato induzido no qual a participação tem sido instigada pelo Estado. Cabe aos produtores familiares construir novos formatos de participação que permitam a sua atuação enquanto um segmento da sociedade civil organizada que tenha a capacidade de influenciar no conteúdo e no formato das políticas públicas de desenvolvimento rural. Os movimentos sociais desenvolveram estratégias

extraordinárias de luta pela terra que têm alcançado avanços inegáveis na questão agrária (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011, p. 4).

Pinheiro (2001) caracteriza que apesar de todas as dificuldades, as associações conseguiram êxito sob diversos aspectos, pois colocaram no cenário político parcelas de produtores que, muitas vezes, não encontravam espaço dentro das próprias organizações de trabalhadores rurais. Além disso, possibilitaram a busca de novas estratégias de reprodução social.

Apesar das dificuldades, as associações ainda são formas organizativas que contribuem para que a agricultura familiar possa superar em parte suas dificuldades, pois contribuem para a ampliação das oportunidades de trabalho, produção agrícola e renda (AGUIAR, 2007; JALES, 2009).

3 - AGRICULTURA EM ITAPERUNA

3.1 Contexto histórico do município de Itaperuna e sua agricultura familiar

Segundo a Lei 1.227, de 17 de novembro de 1987, o Estado do Rio de Janeiro foi dividido em oito regiões de governo, sendo elas Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde.

A região Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro é formada por 13 municípios, os quais representam 2% da população do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) Natividade, Porciúncula, Laje do Muriaé, Miracema, Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara, Varre-Sai, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Italva, São José de Ubá e Cambuci.

A região Noroeste Fluminense foi criada em 1987 a partir do desmembramento da região Norte Fluminense e na busca de uma autonomia com relação a Campos dos Goytacazes, o qual monopolizava a atenção e os recursos da iniciativa privada e dos governos estadual e federal (PIRACIABA; LEMOS, 2017).

Segundo Gonçalves e Santos (2019), a região Noroeste Fluminense teve seu auge com a produção de café, sendo este o responsável pela sua dinamização econômica e pela atração de mão-de-obra, consolidando a ocupação deste espaço do território fluminense por volta de 1880.

Dentre os municípios da região Noroeste Fluminense, Itaperuna é o município mais populoso, com 30% da população do Noroeste (SEBRAE, 2015). Itaperuna está situada a 300 km da capital Rio de Janeiro, ocupa uma área de 1.106,694 quilômetros quadrados, o que corresponde a 20,6% da área da Região Noroeste Fluminense e possui 95.841 habitantes, sendo 88.368 na área urbana e 7.473 na área rural (IBGE 2010).

Figura 1: Inserção geográfica do município de Itaperuna no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro (2018).

Itaperuna fazia parte da capitania de São Tomé, chamada posteriormente de Paraíba do Sul, atribuída ao fidalgo Luso Pero de Góis por alvará de 10 de março de 1534. Ao longo de dois séculos a área conhecida como sertão da Pedra Lisa permaneceu inexplorada, até que alguns colonos se fixaram na parte leste do município, perto da barra do córrego São Domingos (TCE, 2020).

De acordo com alguns, o desbravamento dessas terras foi realizado por José Lannes Dantas Brandão, por volta de 1830, o qual fundou a fazenda Porto Alegre com iniciativas que passaram a atrair a atenção da população. Essa cidade se chamou Porto Alegre até 1885, ano que se tornou vila de Itaperuna, na freguesia de Natividade do Carangola, pelo Decreto N° 2.810.

Com o surgimento da economia cafeeira, a colonização se efetuou de forma rápida e uniforme, possibilitando um desenvolvimento acelerado da região. Itaperuna foi elevada a condição de cidade pela Lei nº 2, de 06 de dezembro de 1889. O desenvolvimento da economia cafeeira foi o responsável pela concentração de atividades comerciais e de serviços na cidade de Itaperuna, o que possibilitou ao

referido município, realizar funções de centro sub-regional do Norte Fluminense (TCE, 2020).

Desse modo, pode-se inferir que a origem do município esteve atrelada à agricultura e por essa razão sua população era predominantemente rural (SANTOS, 2005).

Apesar dessa importância, Siqueira (2015, p. 35) ressalta que “a qualidade do café fluminense era inferior à do café produzido em São Paulo, o que restringia o escoamento da produção local ao mercado interno”. Na década de 1930 vai haver o declínio do café em Itaperuna e, com isso os latifúndios passaram a focar suas atividades econômicas na pecuária e na produção de leite. Desse modo, esta nova atividade substituiu a importância do café, sendo o investimento feito na atividade pecuária (SANTOS, 2018).

Siqueira (2015, p.37) destaca que a produção de café foi erradicada na década de 1960 na região de Itaperuna e “como contrapartida à erradicação dos cafezais do Noroeste no bojo dessas crises, floresceu naquela porção do Norte Fluminense histórico a pecuária leiteira e a agroindústria de laticínios”.

Gonçalves e Santos (2019) destacam que durante o ano de 1960, a pecuária leiteira foi considerada a principal atividade econômica em Itaperuna. Esse fator contribuiu para a criação de cooperativas como a Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda (CAPIL). Além das cooperativas oferecerem suporte técnico e social, elas também estabeleceram relações com a venda do leite.

Segundo Siqueira (2015), até o ano de 2003, Itaperuna permanecia como importante produtora de leite no Estado do Rio de Janeiro. Contudo, essa prevalência da pecuária leiteira – atividade que demanda menos mão-de-obra – na região neste período histórico teve reflexos no aspecto populacional, tendo sido observada uma perda de 20% da população do Noroeste, entre 1940 e 1970.

Santos (2005) ressalta que assim como ocorreu no Brasil, o processo de urbanização no município de Itaperuna teve na década de 1960 seu momento de maior crescimento. No ano de 1970 houve mudanças significativas na composição da população, passando a população urbana a representar quase a metade do total de habitantes do município de Itaperuna.

O número de habitantes na área urbana cresceu paulatinamente e houve intensa migração campo/cidade em Itaperuna ao longo dessas décadas. Tendo esse processo marcado profundamente a configuração do espaço urbano e do rural do

município de Itaperuna. Esse processo gerou um intenso esvaziamento demográfico, paulatina perda de importância das atividades agrícolas e intenso deslocamento da população rural para a cidade.

É interessante observar que no período de 1940 a 2000 ocorre uma inversão na distribuição da população: se no início havia, somente, 11% de população urbana, em 2000 esta porcentagem corresponde à população rural do município (SANTOS, 2005, p.13632).

Na atualidade, Itaperuna possui 7,8% de seus habitantes no meio rural e 92,2% no meio urbano e o meio rural deixou de ser centralidade para o desenvolvimento do município de Itaperuna, pois o que sustenta o Produto Interno Bruto (PIB) de Itaperuna não é a agropecuária e nem a indústria, mas sim o setor de comércio e serviços, pois respondem por mais de 54% do PIB do município e agropecuária apenas 2%. Itaperuna também possui destaque na área médica e educacional (CERQUEIRA, 2016).

Itaperuna consolida-se como principal polo do Noroeste Fluminense. O município destaca-se como referência no setor de serviços, com destaque para a saúde, dispondo de um hospital e de um conjunto de clínicas e unidades de atendimento ambulatorial que são referência no interior do Estado, e na educação, sediando diversas instituições de ensino técnico e de nível superior que atraem milhares de estudantes da cidade, da microrregião, de todo Noroeste Fluminense e até de cidades vizinhas de Minas Gerais (SIQUEIRA, 2015, p. 41).

Dessa forma, tradicionalmente, a base da atividade econômica de Itaperuna foi ancorada no cultivo de café e na pecuária leiteira. Nos dias atuais, é o setor de serviço e comércio que se tornou o referencial responsável pelo dinamismo econômico do município. Os serviços que mais se destacam em Itaperuna são saúde e educação, sendo o primeiro uma referência na cidade, que atrai a maior parte dos seus fluxos para o atendimento de pacientes oriundos de outros municípios (SIQUEIRA, 2015).

Apesar de o setor agropecuário não ser mais o referencial responsável pelo dinamismo econômico no município de Itaperuna, há um número significativo de famílias e estabelecimentos agrícolas com grande importância econômica e social, refletida na criação de postos de emprego, produção de alimentos, diversificação, e renda para o meio rural de Itaperuna (SOUZA et al., 2019).

Pereira et al. (2013) pontuam que 59% dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro possuem área inferior a 10 ha. Uma das consequências dessa estrutura é a presença de expressivo contingente de pequenos estabelecimentos agropecuários, nos quais se reproduz a agricultura familiar.

Dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro, 75% são de agricultura familiar. Contudo, a agricultura familiar ocupa apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários, mantém 62% do pessoal ocupado e responde por 58% do valor da produção (SOUZA et al., 2019).

As mesorregiões Noroeste e Sul fluminense, com participação conjunta respondem por cerca de 27% do valor da produção estadual. A agricultura familiar tem maior expressão nas mesorregiões Noroeste, Centro e Metropolitana. Entre essas mesorregiões, as microrregiões de maior destaque são, respectivamente, Santo Antônio de Pádua, Novo Friburgo e Serrana, onde a participação da agricultura familiar fica em torno de 70% do valor da produção (SOUZA et al., 2019).

A microrregião de Itaperuna, composta pelos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai, responde por 9,4 % dos estabelecimentos, ocupa 10,2% da área, mantém 8,9 % do pessoal ocupado e responde por 7,6% do valor da produção do Estado do Rio de Janeiro. Sua agricultura não é muito diversificada, pois é fortemente baseada na pecuária bovina e na cafeicultura. A maior parte do valor de sua produção (cerca de 80%) está associada a leite (38,2%), café (20,2%), bovinos (17,4%) e laranja (4,8%) (SOUZA et al., 2019).

No município de Itaperuna há 1596 estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar corresponde a 60% destes estabelecimentos. Itaperuna tem como principal atividade econômica no meio rural a pecuária, com a produção de leite e carne, presente em quase todos os estabelecimentos rurais. Em seguida, vem a produção de lavouras permanentes, como pode ser visto na tabela 1. Essa situação também ocorre com a agricultura não familiar.

Tabela 1 - Principais atividades econômicas do Município de Itaperuna - participação das categorias familiar e não familiar - 2017

Grupo de Atividade Econômica	Total	Agricultura não familiar	Percentual (%)	Agricultura familiar	Percentual (%)
Total	1596	637	40	959	60
Produção de lavouras temporárias	32	16	2,51	16	1,67
Horticultura e floricultura	32	12	1,88	20	2,09
Produção de lavouras permanentes	34	13	2,04	21	2,19
Produção de sementes e mudas certificadas	-	-	-	1	0,10
Pecuária e criação de outros animais	1488	587	92,15	901	93,95
Produção florestal - florestas plantadas	4	3	0,47	1	0,10
Produção florestal - florestas nativas	-	-	-	-	-
Pesca	-	-	-	-	-
Aquicultura	6	6	0,94	-	-

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à produção agropecuária, 91% dos estabelecimentos familiares têm como finalidade a comercialização e apenas 9% é destinada a consumo próprio do produtor rural e seus familiares. Na tabela 2 é possível observar a distribuição da terra entre os estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna. Nota-se que 74,8% dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 ha, e ocupam menos 18.119 ha da área total dos estabelecimentos agropecuários. Ou seja, os estabelecimentos com mais de 50 ha ocupam mais que o triplo da área dos estabelecimentos abaixo de 50 ha.

Sobre a agricultura familiar, 86,6% dos estabelecimentos possuem menos de 50 ha, como pode ser visto na tabela 2. Essa situação é reflexo do histórico problema da concentração fundiária brasileira, a qual resulta na limitação da disponibilidade de terras, o que gera obstáculos ao desenvolvimento de atividades viáveis nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 2 - Total de estabelecimentos agropecuários e distribuição da área dos estabelecimentos não familiares e familiares entre estratos de tamanho no município de Itaperuna - 2017

Estratos de área	Nº Estabelecimento	Agricultura Não Familiar	Percentual (%)	Agricultura Familiar	Percentual (%)
Total	1596	637	40	959	60
Mais de 0 a menos de 1 ha	110	56	8,79	54	5,63
De 1 a menos de 10 ha	478	138	21,67	340	35,46
De 10 a menos de 20 ha	247	70	10,99	177	18,46
De 20 a menos de 50 ha	359	99	15,54	260	27,11
De 50 a menos de 100 ha	193	78	12,24	115	11,99
De 100 a menos de 200 ha	121	108	16,95	13	1,36
De 200 a menos de 500 ha	66	66	10,36	-	
De 500 a menos de 1.000 ha	16	16	2,51	-	
De 1.000 a menos de 2.500 ha	5	5	0,78	-	
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	1	0,16	-	

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

A situação apresentada acima ocasiona uma desproporcional participação da agricultura familiar na área total dos estabelecimentos agropecuários. No município de Itaperuna, 60% dos estabelecimentos agropecuários são familiares, contudo, ocupam apenas 25,5% da área total dos estabelecimentos.

Tabela 3 - Participação da agricultura familiar e não familiar nos estabelecimentos, número, área e pessoal ocupado no município de Itaperuna - 2017

Variável	Participação (%)	
	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Número	40	60
Área	74,5	25,5
Pessoal ocupado	52,3%	47,7%

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à forma de acesso à terra, há a prevalência de proprietários. Segundo a tabela 4, 81,2% dos agricultores familiares são proprietários, 4,7% são assentados aguardando titulação definitiva, 9,7% são arrendatários e 0,1% são parceiros e 4,3% são comodatário, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 - Condição dos agricultores familiares em relação às terras no município de Itaperuna - 2017

Condição do produtor em relação às terras	Qtd. estabelecimentos	Estabelecimentos
Proprietário(a)	779	81,2
Arrendatário(a)	93	9,7
Assentado(a) aguardando titulação definitiva	45	4,7
Parceiro(a)	1	0,1
Comodatário(a)	41	4,3
Ocupante	-	0
Produtor sem área	-	0

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Com relação à idade dos produtores rurais do município de Itaperuna, conforme pode ser visto na tabela 5, 28,3% possuem idade entre 55 a menos de 65 anos. É interessante observar que 35,1% dos produtores possuem idade superior a 65 anos, mostrando assim uma prevalência de produtores idosos nos estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna.

Tabela 5 - Classe de idade dos produtores rurais do município de Itaperuna - 2017

Classe de idade do produtor	Total	Percentual %
Menor de 25 anos	7	0,4
De 25 a menos de 35 anos	58	3,6
De 35 a menos de 45 anos	165	10,4
De 45 a menos de 55 anos	353	22,2
De 55 a menos de 65 anos	450	28,3
De 65 a menos de 75 anos	347	21,8
De 75 anos e mais	212	13,3
Total	1592	100

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Do total de estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna, apenas 16% recebem algum tipo de orientação técnica e 84% não recebem qualquer tipo de orientação. Com relação aos estabelecimentos não familiares, apenas 26,5% recebem algum tipo de orientação técnica e 73,5% não recebem. Já nos estabelecimentos familiares, apenas 8,6% dos agricultores familiares recebem orientação técnica e 91,3% dos agricultores familiares não recebem qualquer tipo de instrução técnica, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 6 - Percentual de estabelecimentos familiares com acesso à Assistência Técnica no município de Itaperuna - 2017

Orientação técnica	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Total de estabelecimentos	633	959
Recebe	26,5%	8,6%
Não recebe	73,4%	91,3%

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Com os dados da tabela acima é possível perceber que no meio rural de Itaperuna há uma carência de orientação técnica, contudo, a categoria familiar é ainda mais carente dessa orientação, mesmo representando a maioria dos estabelecimentos agropecuários, assim como no Brasil. Com relação à origem da orientação técnica recebida, pode ser visto na tabela 7, que 71,3% da orientação

técnica recebida é própria do produtor ou dele mesmo e apenas 23,1 % vem do governo, seja ele das esferas federais, estaduais e municipais.

Tabela 7 - Origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna - 2017

Origem da orientação técnica	Percentual %
Governo (federal, estadual ou municipal)	23,1%
Própria ou do próprio produtor	71,3%
Cooperativas	5,1%
Empresas privadas de planejamento	0,8%
Outra	2%

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Com relação ao acesso ao financiamento, apenas 4,6% dos agricultores familiares tiveram acesso a algum tipo de financiamento, tendo como principal agente financiador os bancos e depois as cooperativas de crédito. Sendo 66,6% provenientes do PRONAF. Segundo dados do IBGE (2017) dos 1596 estabelecimentos agropecuários existentes no município de Itaperuna, apenas 209 possuíam a DAP, ou seja, apenas 13% deles poderiam ter acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Isso dificulta o acesso a uma política agrícola com viés para a agricultura familiar

Em relação à associação dos produtores às associações rurais, apenas 23% dos estabelecimentos são associados. E com relação aos estabelecimentos agropecuários familiares apenas 15,9% desses estabelecimentos são organizados em alguma associação.

Os resultados obtidos permitem inferir que os agricultores familiares enfrentam muitos desafios, como tamanho reduzido das terras, o difícil acesso a assistência técnica e financiamentos. Nesse sentido, a literatura apresenta que a organização dos agricultores é uma possibilidade para superação dessas dificuldades.

Contudo, os dados obtidos da tabela 8, indicam que a organização dos agricultores familiares no município de Itaperuna é débil, ou seja, muito precária. Conforme demonstrado na tabela, apenas 15,9% participam de algum tipo de associação ou movimento de produtores.

Tabela 8 – Associação dos agricultores à cooperativa e/ou à entidade de classe - 2017

Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe	Total	Percentual (%)	Agricultura não familiar	Percentual (%)	Agricultura familiar	Percentual (%)
Total	1596	100	637	40	959	60
É associado	619	38,8	222	13,9	397	24,8
Cooperativa	218	13,6	101	6,3	117	7,3
Entidade de classe/sindicato	20	1,2	4	0,2	16	1
Associação/movimento de produtores	372	23,3	117	7,3	255	15,9
Associação de moradores	33	2	8	0,5	25	1,5
Não é Associado	977	61,2	415	26	562	35,2

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Em geral, esses agricultores estiveram sempre à margem das políticas agrícolas. Em particular, não captaram os vultosos estímulos adotados no período de modernização da agricultura brasileira. Apesar de sua importância, a agricultura das regiões Norte e Noroeste Fluminense são, historicamente, marcadas pelo elevado índice de pobreza, concentração de terras e baixo avanço tecnológico (ABREU; SOUZA; FORNAZIER, 2019).

3.2 Origem das associações de produtores rurais do município de Itaperuna

Segundo Grabois e Santos (2000), a CAPIL, foi fundada por um grupo de 20 fazendeiros, no ano de 1941, com o objetivo de criar condições para a comercialização do leite que não era consumido nas propriedades. Nesse momento, o café ainda representava a principal atividade econômica da região Noroeste Fluminense.

Visando garantir o escoamento de um volume crescente de produção que ela não era capaz de distribuir, a CAPIL necessitava expandir seu mercado além das fronteiras locais e regionais. Negociou, então, a implantação, em Itaperuna, de uma fábrica de leite em pó de um grupo multinacional, estratégia para alcançar o mercado nacional (GRABOIS; SANTOS, 2000, p. 20).

Braga (2006) pontua que para se associar a CAPIL bastava apenas um comprovante de propriedade fundiária, parceria ou arrendamento, documentos pessoais e fornecimento de pelo menos um litro de leite por dia. O referido autor ainda pontua que a CAPIL foi a maior cooperativa do Estado do Rio de Janeiro entre os anos 1970 e 1980 e que mais de 90% dos seus produtores associados forneciam até 50 litros/dia. Sendo assim, percebe-se a importância da cooperativa para fábricas no fornecimento de leite e para a inserção dos produtores rurais menos capitalizados e com baixos níveis de modernização no âmbito dos mercados.

No ano de 1960 inaugura-se a fábrica de Leite em Pó Glória, ao lado da CAPIL. No início de seu funcionamento, a referida fábrica recebia até 70 % do total de leite recolhido pela CAPIL, contudo, a fábrica foi ampliando seu quadro de fornecedores diretos, e já no final dos anos 1980, iniciou um processo de captação de leite próprio, colocando a CAPIL num plano secundário (BRAGA, 2006) e (GRABOIS; SANTOS, 2000).

De acordo com Braga (2006), a partir de 1976 a Fábrica de Leite em Pó Glória teve seu capital acionário controlado pela corporação norte-americana Fleischmann & Royal, passando a referida corporação a gerenciar diretamente o beneficiamento da produção regional de leite, passando a cooperativa CAPIL a exigir de seus associados aumento da qualidade da matéria-prima a ser beneficiada (GRABOIS; SANTOS, 2000).

Braga (2006) ainda salienta que até o final dos anos 1980, a Capil exercia o controle da bacia leiteira do Noroeste fluminense. Contudo, com a crise dos anos 1980, a falta de incentivos estatais e a expansão da Fábrica de Leite em Pó Glória, ocasionou-se uma diminuição da rede de interações espaciais da Capil com o aluguel e posterior venda de postos de coleta para Glória/ Fleischmann & Royal.

Atualmente, a CAPIL ainda opera, recolhendo leite de diversos associados. Contudo, não com a mesma expressividade que teve no início de sua fundação, recebendo em média dois mil litros de leite por dia.

Segundo Madanêlo e Marafon (2008) ocorreram importantes mudanças na produção leiteira na década de 90. Entre elas, a liberação do preço do leite, a ocorrência da abertura comercial e especialmente a consolidação do MERCOSUL, a estabilização dos preços na economia brasileira proporcionada pelo Plano Real, ampliação do poder das multinacionais, novas configurações nos processos de

comercialização e aumento do nível de exigência em relação ao padrão de qualidade do leite.

Segundo Grabois e Santos (2000), a pecuária local, em meados da década de 1990, diante do processo de globalização, sofreu significativas alterações na estrutura produtiva. Segundo os autores, a Fábrica Leite Glória começou a modernizar suas formas de comercialização e produção e modificaram-se as antigas relações entre a fábrica Leite Glória e a Cooperativa e, por conseguinte, as relações destas com os fornecedores.

Segundo Grabois e Santos (2000), uma das mudanças implantadas pela multinacional Leite Glória para aumentar a qualidade e quantidade da produção foi estabelecimento de uma litragem mínima para o recebimento do leite. No ano de 1997 foi estabelecido a exclusão de fornecedores com volume inferior a 30 litros/dia. E no ano de 1998, esse número foi para 50 litros/dia. A empresa Parmalat, instalada em Itaperuna no ano de 2001, também limitou a litragem mínima para o recebimento do leite a 30 litros/dia. Nessa época, a CAPIL repassava 50% do leite captado diretamente à Parmalat.

Com isso, um número considerável de pequenos produtores ficou com dificuldade de escoarem sua produção leiteira, pois segundo Grabois e Santos (2000, pag.22) “os pequenos produtores têm baixo ou nenhum potencial de crescimento por conta de uma condição estrutural que é a carência de recursos financeiros”.

Além dessas mudanças, e diante da baixa qualidade do leite nacional e com a abertura dos mercados ligada à globalização, o governo federal estabeleceu no ano 2000 uma série de medidas objetivando a melhoria da qualidade do leite. Dentre elas, ficou proibido, por fatores higiênicos, o uso de latões para ordenha e transporte, devendo o leite ser entregue gelado aos postos ou às fábricas (GRABOIS; SANTOS, 2000).

Segundo Madanêlo e Marafon (2008), essas mudanças vêm excluindo os pequenos produtores, pois não existe nenhum auxílio efetivo que garanta sua permanência no mercado e que possibilite o aumento do padrão de qualidade do produto. Segundo os autores essas mudanças estabelecidas são sinônimo de:

[...] de uma modernização conservadora que acentua a expropriação do trabalho dos pequenos produtores, aponta para sua exclusão do processo produtivo e também promove a redução da oferta de

empregos, tanto no campo como nas usinas e postos de recolhimento do leite (MADANÉLO; MARAFON, 2008, p. 27).

Diante disso, destaca-se a omissão do estado com relação à situação de exclusão colocada aos pequenos produtores. A produção leiteira era praticamente a única fonte de renda de numerosos produtores rurais e o governo foi um dos mentores dessa exclusão dos pequenos produtores do circuito produtivo (GRABOIS; SANTOS, 2000).

Perante essa situação, segundo Grabois e Santos (2000), os pequenos produtores, buscaram outras formas de sobrevivência, organizaram-se em associações com o objetivo de concentrar a produção de seus integrantes para cumprir com as exigências impostas pelas empresas e pelo governo.

4 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o objetivo de verificar como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna/RJ optou-se por analisar suas ações associativas realizadas entre os produtores rurais e, por não ter sido identificado pesquisas sobre esse tema em Itaperuna, o estudo iniciou-se pela realização de uma pesquisa exploratória na sede da EMATER do município de Itaperuna/ RJ para obtenção de informações relativas às associações existentes.

A pesquisa Exploratória, segundo Lakatos e Marconi (2003), é uma investigação de pesquisa empírica que tem como objetivo a formulação de questões ou de um problema, tendo como finalidade desenvolver hipóteses, modificar e clarificar conceitos e, no caso desta pesquisa, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma futura pesquisa.

Com esse procedimento foi obtida uma listagem com nome e endereço das associações, além do nome e contato dos atuais presidentes. Por serem informações pessoais, apenas os nomes das associações constam na tabela 9.

Tabela 9 - Associações existentes no município de Itaperuna - 2021

Nome das Associações	
1	Associação dos Moradores e Produtores do Valão do Cágado e da Boa Esperança
2	Associação Ruralista da Serrinha
3	Associação dos Produtores Rurais do Vale do Taquary
4	Associação de Pequenos Produtores Rurais e Moradores de Cubatão
5	Associação de Produtores Rurais e Moradores da Capivara
6	Associação de Produtores e Moradores do Limoeiro
7	Associação dos Produtores da Agricultura Familiar da Fazenda Floresta de Belém
8	Associação de Moradores, Trabalhadores, Produtores e Proprietários Rurais do Avay
9	Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar e Acampamentos e Assentados do Noroeste Fluminense - Distrito de Aré
10	Associação dos Produtores Orgânicos do Noroeste Fluminense
11	Associação de Produtores Rurais do Carvão

12	Associação de Produtores Rurais do Vale da Boa Ventura e Águas Claras
13	Associação dos Produtores Rurais do Vale do Muriaé (Palanquinho)
14	Associação de Produtores Rurais de Águas Claras
15	Associação de Produtores de Itajara

Fonte: EMATER de Itaperuna.

A partir das relações em mãos, iniciaram-se os contatos com os presidentes das associações, onde foi possível obter maiores informações sobre as associações, como quantidade de associados, qual atividade realiza e ano de fundação.

Após levantamento inicial das informações, identificou-se que há no município de Itaperuna 15 (quinze) associações, incluindo produtores rurais e moradores, como pode ser visto na tabela 9. Desse modo, apenas 10 (dez) associações são compostas exclusivamente por produtores rurais, sendo que a Associação de Produtores de Itajara está desativada, segundo informações de moradores da comunidade. Com isso, restam 9 (nove) associações de produtores rurais em funcionamento no município.

Como o número de associações de produtores rurais é expressivo e considerando o cenário inesperado provocado pela pandemia da COVID-19 que teve início em março de 2020, e as medidas de prevenção adotadas pela Organização Mundial da Saúde, que incluía o distanciamento social. Foi necessário reduzir o número de associações para a realização da pesquisa de campo. Escolheu-se trabalhar com apenas duas associações: a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Taquary e a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Muriaé, destacadas na tabela 9. Foram escolhidas essas duas associações entre as nove, pois elas se destacam das demais em alguns aspectos.

Os presidentes das referidas associações indicaram o local onde os associados poderiam ser encontrados, como o endereço dos tanques de leite e das propriedades. Além disso, os próprios associados pesquisados ajudaram a encontrar os demais associados (bola-de-neve), tornando possível a realização da pesquisa de campo. O tipo bola de neve ocorre quando as pessoas indicadas são então solicitadas a indicarem mais pessoas.

A Associação dos Produtores Rurais do Vale do Muriaé, localizada no 2º distrito de Itaperuna, é uma das associações mais antigas no município e foi inaugurada no ano de 1999. Além disso, recebeu a instalação, no ano de 2017 de

uma Fábrica de Ração, implantada com recursos do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias (RIO RURAL), da Secretaria Estadual de Agricultura, para beneficiar os produtores rurais associados. Essa associação possui uma área ampla de atuação, pois possui produtores rurais associados de outro município, como São José de Ubá-RJ e em diversas comunidades do município de Itaperuna, como Sapezal, Ilha do Ciro, Palanquinho e Fazenda das Posses.

A Associação dos Produtores Rurais do Vale do Taquary se destaca por ser uma associação de produtores rurais recente, sendo inaugurada no ano de 2014. Destaca-se por possuir uma produção diversificada, o que não é observado nas demais associações de produtores rurais. Sua área de atuação se estende a um raio de 10 km da sede da associação, com o objetivo de facilitar o atendimento das demandas e mobilização dos associados.

Desse modo, a pesquisa contou com a participação de duas associações, localizadas em duas comunidades do município e juntos possuem o total de 78 produtores rurais, exclui-se desse quantitativo os 2 presidentes, os quais posteriormente foram submetidos a uma entrevista semiestruturada. Desse montante (76), retirou-se uma amostra de 39 produtores.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de agosto de 2021 com os presidentes das associações, levando aproximadamente dois dias para realização e no mês de novembro de 2021 foi realizada a pesquisa com os produtores rurais associados, levando aproximadamente vinte e cinco dias consecutivos de ida a campo. A aplicação da pesquisa ocorreu no período de férias da pesquisadora, percorrendo, aproximadamente 600 km, de veículo próprio.

Na pesquisa de campo os procedimentos de prevenção à COVID-19 foram utilizados pela pesquisadora durante a coleta de dados, como uso de máscara e distanciamento. Apesar da preocupação com a contaminação, no mês de novembro que o deslocamento foi mais intenso, a pesquisadora já estava vacinada com duas doses da vacina contra a COVID-19, o que possibilitou maior segurança no contato com os participantes.

Apesar das dificuldades de acesso as propriedades rurais, como distância, más condições das estradas vicinais, períodos chuvosos e não coincidência com os horários de trabalho de alguns produtores rurais, foi possível alcançar uma amostragem que permitisse representar uma população com 90% de significância e

uma margem de erro cerca de 15%. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados, a saber, entrevista e formulário.

Para o procedimento da pesquisa, foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa e posterior triangulação de métodos, estratégia esta que combina a aplicação de metodologia quantitativa e qualitativa, uma vez que ambas não são concebidas como opostas, mas sim, como complementares. A triangulação de métodos busca a convergência, abrangência e reflexividade dos resultados entre dois ou mais métodos de coleta, neste caso, formulário e entrevista. Busca a comparação entre duas ou mais fontes de dados.

Para realização da pesquisa quantitativa foram analisados os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário (2017) do IBGE e para a análise qualitativa foram realizados aplicação de formulários e entrevista semiestruturada.

Para fundamentar a base teórica da presente pesquisa, realizou-se uma revisão da literatura científica com as palavras-chave “agricultura familiar”, “produtor rural”, “associativismo”, “associação”, “Itaperuna”, “políticas agrícolas” em livros, artigos, textos e em bases de dados importantes, como Scielo, periódico CAPES e sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram retiradas diversas informações sobre a Agricultura Familiar do Sistema Automático de Recuperação de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE).

4.1 Instrumentos utilizados na coleta de Dados

A coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Durante a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE 1), com roteiro previamente estabelecido, com os presidentes das associações envolvidas nesta pesquisa e aplicados formulários (APÊNDICE 2), junto aos produtores rurais associados.

O pressuposto adotado foi de que essas duas técnicas distintas, quando integradas, forneceriam os dados necessários para responder às questões de pesquisa que guiaram a realização deste trabalho.

Apesar de algumas desconfianças, os presidentes e os produtores associados aceitaram participar da pesquisa, respondendo as perguntas que eram realizadas pela pesquisadora. Além desses instrumentos, observações foram realizadas e anotadas em caderno de notas, para auxiliar na elaboração da dissertação.

4.1.1 Entrevistas semiestruturadas

Após a pesquisa exploratória, iniciou-se a elaboração do roteiro de entrevista. Em seguida, estabelecemos um contato inicial com os presidentes e agendamos uma data para a realização da entrevista. Com relação à estruturação da entrevista, optou-se pela técnica semiestruturada, pois esta possui como característica a utilização de um roteiro previamente elaborado com algumas perguntas básicas relacionadas aos objetivos pretendidos pela pesquisa.

A entrevista tinha como objetivo obter a ótica dos presidentes acerca do processo de formação e consolidação das associações de produtores rurais no município de Itaperuna, buscando ainda identificar os fatores que dificultam a operacionalização e desempenho das associações e identificar se as associações têm contribuído para melhoria de vida dos seus associados.

As entrevistas foram realizadas na sede das associações envolvidas nesta pesquisa e não foram gravadas, devido à não autorização dos participantes. Sendo assim, as repostas às perguntas foram registradas no roteiro da entrevista simultaneamente à realização das perguntas, para maior fidelidade e veracidade das informações. O seu conteúdo foi organizado para permitir a identificação de padrões de respostas.

4.1.2 Elaboração e aplicação dos formulários

Após a realização das entrevistas, os formulários foram elaborados e aplicados a 39 produtores associados, de forma presencial em suas residências ou propriedades. Os formulários continham perguntas abertas e fechadas. Esse quantitativo foi o número de produtores associados fornecido pelos presidentes. Os presidentes foram os facilitadores no contato com os produtores associados. Além disso, os próprios produtores e moradores ajudaram a encontrar outros associados.

Os formulários foram construídos com o objetivo de criar um perfil dos produtores associados abordando variáveis de natureza demográfica e produtiva. As principais variáveis incluídas foram idade, escolaridade, renda, estrutura fundiária, experiência no trabalho agrícola, produção e comercialização, acesso a financiamentos e assistência técnica e tecnologia. Um outro elemento que se procurou apurar na aplicação dos formulários junto aos produtores associados foi sua percepção quanto à prática associativa, sua satisfação e expectativa.

Os formulários foram construídos com base em outros trabalhos relacionados com o tema pesquisado, baseamo-nos nas dissertações de Audrey Merli Leonardi Aguiar (2007) e Rhaiany Zavarize Dala Costa de Almeida (2015). Segundo Lakatos e Marconi (2003) o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista.

Destaca-se que antes das coletas de dados pelo formulário, foi apresentado aos associados o Termo de Consentimento e Livre e Esclarecido (TCLE), APÊNDICE 3. Por meio desse termo os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e sigilo na participação. Foram feitas duas vias do formulário, uma para os participantes e uma para o pesquisador, garantindo desta forma a postura ética durante a realização da pesquisa.

4.2 Procedimentos Analíticos

Após a aplicação dos instrumentos de coleta, os dados foram selecionados, codificados, tabulados e relacionados de acordo com os objetivos da pesquisa. Após agrupamento e análise dos dados, as questões foram relacionadas aos resultados, de modo que permitissem interpretações válidas. Posteriormente foi feita a representação gráfica, descrição e análise dos dados obtidos.

Os textos gerados pelas entrevistas foram examinados para identificar dados fornecidos pelos entrevistados. Após o término da leitura das entrevistas, estas foram submetidas à técnica de análise de conteúdo, onde o texto foi decomposto em unidades de significação, classificadas segundo o sistema de categorias. Essa técnica tem a finalidade de descrever sistematicamente o conteúdo das comunicações.

5 - ASSOCIATIVISMO NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Procurou-se com a presente pesquisa verificar como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna – RJ, levando em consideração a importância do fator organização para o desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, buscou-se caracterizar o contexto de surgimento e desenvolvimento das associações de produtores rurais, o perfil dos associados, dificuldades enfrentadas, utilização de tecnologia, acesso às políticas de financiamento e assistência técnica, aquisição de insumos, equipamentos e comercialização da produção e também analisar a relação entre as associações e seus associados, identificando os principais resultados obtidos da prática associativa e os fatores limitadores a esta prática.

A fim de garantir a profundidade da análise e otimizar a compreensão, esse capítulo foi dividido em cinco partes. A primeira parte elenca, de forma geral, o surgimento, desenvolvimento, contribuição e desafios das associações rurais no município de Itaperuna. A segunda parte trata do perfil dos produtores rurais associados, abordando a naturalidade, estado civil, idade, nível de escolaridade, renda, condição com relação a terra e tamanho das propriedades. A terceira seção descreve e discute as dificuldades dos produtores rurais associados e busca identificar a percepção desses com relação ao apoio estatal oferecido para os produtores rurais. A quarta seção descreve as tecnologias utilizadas pelos produtores rurais associados, como se dá o acesso a financiamentos e assistência técnica. A quinta parte busca identificar como se dá a comercialização da produção, aquisição de insumos e equipamentos nas propriedades dos participantes. E a última seção abordará na perspectiva dos produtores rurais associados, as contribuições, dinâmicas, desafios do associativismo rural no município de Itaperuna.

5.1 Surgimento e desenvolvimento das associações: atuação, contribuições e desafios

As associações apresentadas neste estudo, consistem em organizações criadas com o objetivo de melhorar o preço dos produtos, realizar a compra de insumos em forma conjunta e angariar recursos, sobretudo do Estado, para

desenvolvimento da produção. Os associados são em sua maioria agricultores familiares, enquadrados na condição de proprietários e/ou arrendatários, possuindo pouca terra, sendo responsáveis pela produção de hortaliças, mel, gado de corte, peixe, frangos, ovos e leite.

As associações surgiram pela necessidade de correto armazenamento e transporte do leite exigido pelas agroindústrias de leite e incentivadas pelo programa RIO RURAL. A motivação principal no processo de constituição foi a utilização conjunta dos tanques de leite, objetivando melhorar a qualidade do produto e obter melhores preços na comercialização. E a expectativa de que organizados em associação teriam mais facilidade de acesso a recursos governamentais. Inicialmente, a mobilização e participação dos agricultores, a organização da documentação e das eleições para a escolha da diretoria foram as principais dificuldades enfrentadas para fundar a associação.

Analisando a fala dos presidentes, parece que a finalidade das associações se difere, uma tem como objetivo melhorar a produção e a venda do leite e a outra receber benefícios, sobretudo do Estado, o qual, por esse motivo, acaba atuando como o indutor do associativismo no município.

As associações receberam recursos do RIO RURAL, fruto da parceria do Banco Mundial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Obtiveram também recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e Fundação do Banco do Brasil para o desenvolvimento da produção, com a instalação de fábrica de ração, compra de tanque de leite e construção da sede da associação. Para os serviços de assistência técnica e capacitações as associações contam com o apoio da EMATER, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Sindicato Rural e da Secretaria Municipal de Agricultura.

No que diz respeito à participação nos processos decisórios, os associados são participativos, e as associações são conduzidas democraticamente, pois as decisões do grupo são tomadas em conjunto por todos os membros, por meio de votação.

É muito democrática, todos podem participar e levar suas demandas e opiniões. A associação está sempre buscando saber se pode fazer algo para melhorar a relação dela com seus associados (Fala do presidente I durante a entrevista).

Para participar da associação I os associados pagam R\$ 5 centavos por litro de leite por mês. E o associado que utiliza o tanque de armazenamento paga mais três centavos e meio por litro de leite. Já na associação II, os associados pagam uma única taxa de entrada, no valor de 450,00 reais e o valor fixo por mês de 20 reais. A associação I possui 66 associados e a associação II possui 12 associados.

Com relação às atividades desenvolvidas pelas associações foram listadas fabricação de ração (farelo, milho, soja), compra de produtos veterinários a preço de custo, armazenamento e intermediação na venda de leite, estabelecimento de parcerias para realização de cursos e articulação para obtenção de recursos. No geral, os benefícios percebidos pelos associados restringem-se aos tanques de leite comunitários.

A partir da modernização da agricultura brasileira houve crescimento da produção e diminuição dos custos de produção. Contudo, o pequeno volume de produção e a baixa disponibilidade de recursos não possibilitou a obtenção ou a construção de equipamentos como tanque de leite, fábrica de ração, entre outros. Desse modo, a organização em associação torna-se fundamental, pois, uma vez adquiridos estes equipamentos de modo conjunto, a produção dos agricultores familiares é beneficiada.

Segundo os presidentes, as associações trouxeram contribuições positivas para seus associados, pois as capacitações realizadas contribuem para um melhor manejo dos produtos, gerando assim uma maior qualidade e quantidade; e maior consciência ambiental, pois por meio dos cursos passaram a perceber a importância da preservação do solo e a realização de um trabalho mais consciente. Todas essas contribuições possibilitaram uma melhor produção, comercialização, armazenamento, escoamento, melhores preços no mercado e elevação da renda familiar dos associados. Além da assistência técnica em conjunto.

As ações mais importantes tomadas pela associação foram a formalização de parcerias para a realização de cursos de capacitação dos produtores, empenho na instalação de fábrica própria de ração e exigência na qualidade da produção. Apesar dessas ações, atualmente os principais desafios enfrentados pelas associações são a ausência de um veículo para fazer entrega dos insumos nas propriedades e a falta de colaboração de alguns produtores com relação à qualidade do leite. E de forma excepcional, o cenário atual que se estabeleceu devido à pandemia da Covid-19.

Sobre os motivos apontados para o desinteresse de outros agricultores para ingressar na associação, foram apontados a percepção de que não seriam beneficiados e a existência de produtores mais capitalizados.

Há pessoas que encaminham a produção direto para as fábricas, porque possuem uma produção maior e são propriedades mais estruturadas, com mais recursos. E há pessoas que não participam por acreditarem que a associação não iria dar certo (Fala do presidente I durante a entrevista).

Com relação ao incentivo e apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no município, os presidentes apontam que apesar de existir um interesse em melhorar as condições desses produtores com realização de cursos de capacitação, as ações são ainda insuficientes.

A Secretaria Municipal de Agricultura deixa a desejar. Falta maquinário e as demandas não são atendidas e quando atendidas demoram bastante. Praticamente não há nada de incentivo/apoio à agricultura familiar (Fala do presidente I durante a entrevista).

Boa, estão sempre oferecendo cursos de capacitação. Contudo, as divergências políticas dificultam o oferecimento e acesso aos recursos destinados para a agricultura familiar (Fala do presidente II durante a entrevista).

Apesar dos desafios, os presidentes reconhecem que as associações têm muito a crescer e que precisam dar passos importantes, como adquirir um veículo para distribuir os insumos nas propriedades dos associados, realizar a instalação do silo de soja e obter para os associados fossa séptica biodigestora. E como principal vantagem em ser presidente de uma associação, eles apontam a satisfação em fazer algo em benefício dos produtores rurais.

5.2 Perfil dos produtores rurais associados

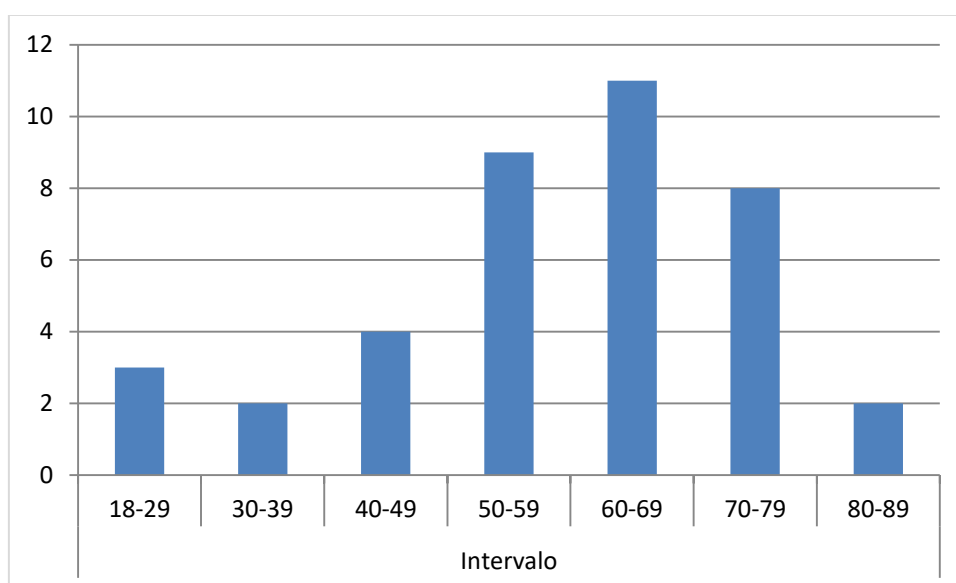
Descrevendo o perfil dos produtores rurais associados que participaram da pesquisa, é possível identificar que embora apresentem particularidades e diferenças, se assemelham em muitos aspectos. Com relação à naturalidade dos associados participantes, 69,2% são naturais do município de Itaperuna e 30,8% são naturais do município de São José de Ubá. A respeito do estado civil, 61,5% dos

associados participantes são casados, 23% são solteiros, 10,2% viúvos e 5,1% são separados ou divorciados.

Com relação à idade, é interessante observar que há predominância de idosos em relação à população mais jovem, em que apenas 23% dos associados possuem idade entre 18 e 49 anos e 53,8% dos participantes possuem mais de 60 anos. Dentre estes últimos, mais de 26% possuem mais de 70 anos, como pode ser visto no gráfico 1.

Os autores Boscardin e Spanevello (2018) ressaltam que essa redução da participação dos jovens e crescimento dos idosos representa o comprometimento do processo de sucessão da atividade agrícola familiar, a médio e longo prazo, pois os jovens constituem a força renovadora para o desenvolvimento desta forma de organização social do trabalho e da produção.

Gráfico 1: Idade dos associados.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação à escolarização dos participantes da pesquisa, foi possível identificar que 5% dos associados não possuem escolarização, 49% possuem ensino fundamental incompleto, 15% possuem o ensino fundamental completo, 3% possuem o ensino médio incompleto, 23% possuem ensino médio completo e 5% possuem ensino superior, como pode ser visto no gráfico 2. A taxa de escolaridade dos agricultores familiares no Brasil é muito baixa, 65,47% dos agricultores familiares possuem apenas até o ensino fundamental completo (IBGE, 2017). Blum

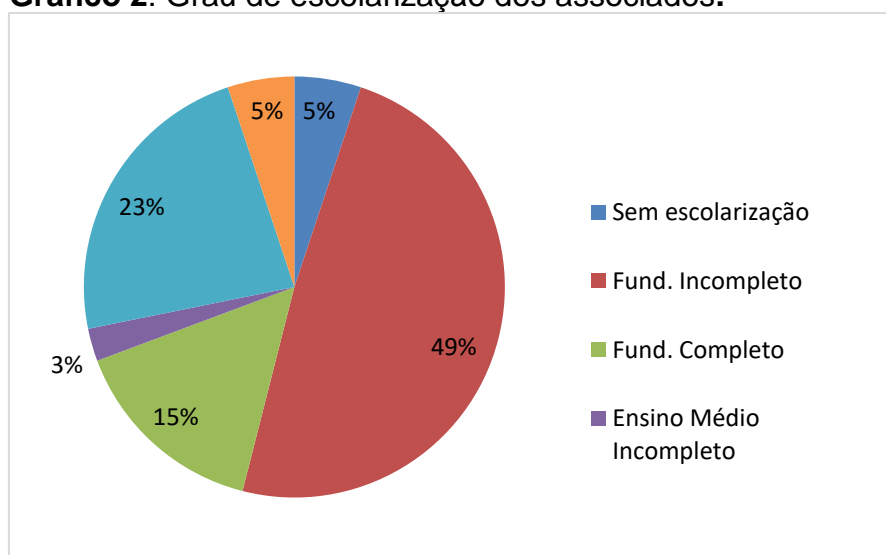
(2010) pontua que cursos e treinamentos de profissionalização são muito importantes e devem ser estimulados pelas políticas agrícolas.

Para Hoffmann e Ney (2004), esse baixo nível de escolaridade é sem dúvida, um enorme obstáculo para o aumento da produtividade do trabalho, do crescimento dos salários e da renda no campo, o que colabora para a manutenção dos graves e persistentes problemas da pobreza rural e da discrepância de renda entre o setor primário e os setores secundários e terciários. Os autores ainda pontuam que boa parte da diferença de escolaridade entre os ocupados no setor primário e os ocupados nos setores secundários e terciários é consequência de uma grande desigualdade de oportunidade educacional desfavorável aos agricultores.

Com o avanço das tecnologias se fez necessário a implantação de novos processos de produção com a utilização de máquinas e equipamentos mais sofisticados e com isso houve a exigência de uma mão-de-obra mais qualificada para a atividade primária, o que tem contribuído, em parte, para a redução de agricultores sem escolaridade (JUNIOR, 2019).

Apesar da baixa escolarização, os produtores rurais possuem grande bagagem de conhecimento e informações técnicas, adquiridos com suas experiências no campo ao longo do tempo, o que tem possibilitado que eles permaneçam no campo produzindo para o próprio sustento e abastecimento do país.

Gráfico 2: Grau de escolarização dos associados.

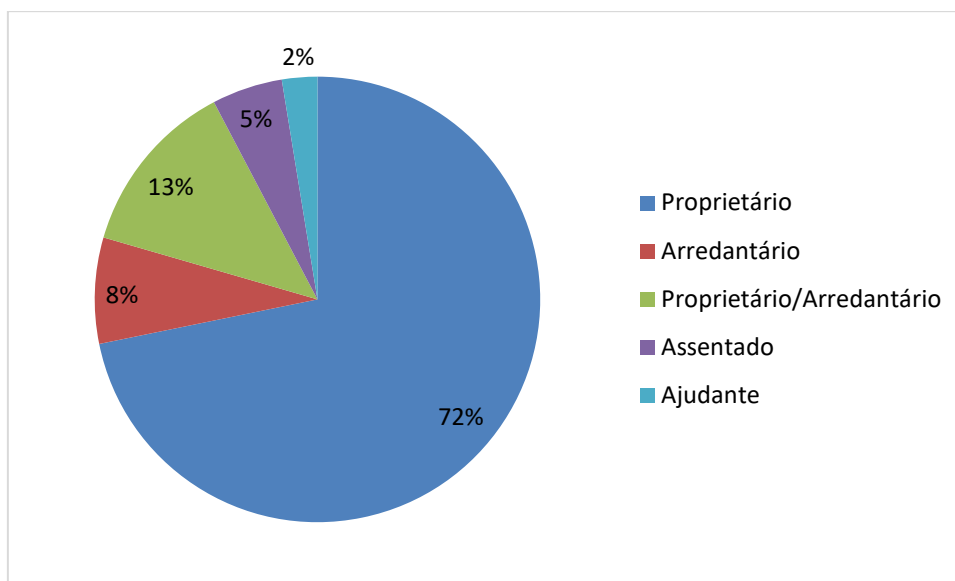


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maior parte dos associados (72%) são proprietários das terras onde desenvolvem suas atividades agropecuárias, 8% possuem terra arrendada, 5%

estão na condição de assentado pela Reforma Agrária e 2% não possuem terra, estando na condição de trabalhador temporário. Um dado importante a ser destacado é que 13% dos associados estão na condição de proprietários e arrendatários, como consta no gráfico 3.

Gráfico 3: Categoria dos associados



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Apesar de ser numeroso o quantitativo de pequenos proprietários, Marafon (2017) pontua que eles têm pouca possibilidade de realizar investimentos em suas terras, pois operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. O que dificulta a autonomia destes na condução do processo produtivo e insuficiência para investir em suas unidades de exploração.

Quando questionados sobre a renda familiar, 28% dos associados disseram que vivem apenas de recursos financeiros gerados na propriedade e 71% dos associados afirmam o acréscimo de outras fontes de renda, oriundas de aposentadoria, emprego de algum membro da família e recursos advindos da própria mão-de-obra empregada em outras propriedades. E com relação à força de trabalho empregada nas propriedades 58% dos associados utilizam mão-de-obra da própria família e 41% além da mão-de-obra da família utilizam mão-de-obra externa ao núcleo familiar, com trabalho temporário e permanente.

As transformações que assolam o campo têm alterado o contato dos habilitantes locais com o meio natural. A pluriatividade é uma forma dessas

transformações, sendo definida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior das propriedades rurais. Para Schneider (2009) a pluriatividade pode ser vista como um recurso utilizado pela família/indivíduo para garantir sua reprodução social, os quais recorrem a atividades externas por diferentes motivos, como adaptação, reação, estilo de vida, não sendo a pobreza o único fator determinante.

Em outras palavras, Schneider (2003) pontua que a pluriatividade se refere a situações sociais em que a família/indivíduo com domicílio rural passa a se dedicar ao trabalho em um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não sendo necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos realizada dentro da unidade de produção.

Além da reprodução social das famílias e seus indivíduos, Schneider (2009) pontua que a pluriatividade contribui para solucionar dificuldades e desafios que atingem as populações rurais, com a geração de emprego, acesso à renda e sua estabilização. Além disso, segundo o autor a pluriatividades ocupa um papel importante na estabilização da renda agrícola, o que contribui para que os agricultores e suas famílias não fiquem tão vulneráveis aos riscos e instabilidades relacionadas às atividades agrícolas.

Schneider (2009) aponta que os fatores responsáveis pela pluriatividade no campo são a própria modernização técnico-produtiva, terceirização e o crescimento da prestação de serviços no meio rural, diminuição das rendas provenientes da agropecuária, mudanças no mercado de trabalho e as políticas de desenvolvimento rural.

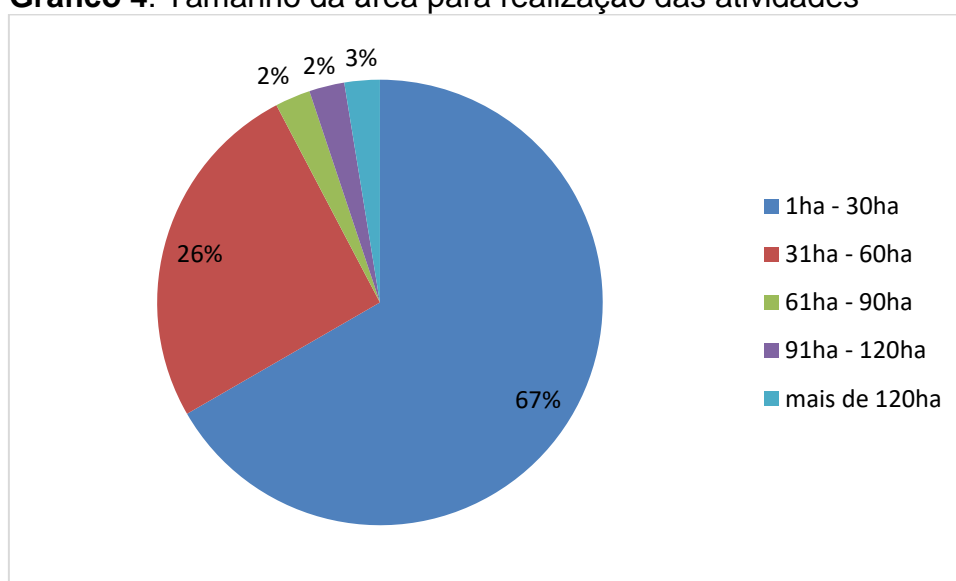
Apesar de sua importância, faz-se necessário refletir sobre as facetas da pluriatividade, pois ela pode tanto contribuir para superação das dificuldades no campo como pode ser vista como uma forma de acentuação da exploração capitalista no campo, que flexibiliza e precariza as relações de trabalho objetivando a reestruturação produtiva, ampliando a margem de lucro e explorando cada vez mais o trabalho nos espaços mais distantes (WERLANG; MENDES, 2016).

As associações pesquisadas apresentam predominância de agricultores com até 4 (quatro) módulos fiscais. Apenas um associado participante desta pesquisa possui mais de 4 módulos fiscais. Sendo assim, 67% dos entrevistados possuem

menos de 30 hectares de terra, ou seja, menos de 1 módulo fiscal¹, 26% possuem entre 31 a 60 hectares, 2% possuem entre 61 a 90 hectares, 2% possuem entre 91 a 120 hectares e 3% possuem mais de 120 hectares. Como pode ser visto no gráfico 4, esses dados evidenciam que os produtores associados entrevistados possuem o tamanho da área reduzido.

Segundo Wanderley (2015), a agricultura familiar se desenvolve historicamente dentro de um contexto de concentração fundiária e com menos áreas de terra, sendo este um dos limites colocados à reprodução da agricultura familiar.

Gráfico 4: Tamanho da área para realização das atividades



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

5.3 Dificuldades dos produtores associados e opiniões sobre o apoio estatal

Com relação às dificuldades vivenciadas pelos produtores rurais pesquisados, sobressaem os fatores ligados à produção, como mão-de-obra e terra. Os associados justificam que a mão-de-obra é escassa e pouco qualificada no meio rural.

Além disso, Buainain e Dedecca (2010) ressaltam essa diminuição da mão-de-obra é devido às novas dinâmicas demográficas pelas quais as famílias vêm

¹ Segundo dados do IPEA um módulo fiscal em Itaperuna corresponde a 30 hectares de terra, logo, quatro módulos, 120 hectares.

passando, como redução do tamanho da família e saída mais precoce dos jovens em busca de melhores oportunidades nos centros urbanos.

Para Buainain e Dedecca (2010), as políticas e programas, como PRONAF, aposentadoria rural e bolsa família, também têm contribuído para que os membros dos domicílios beneficiários dessas políticas não precisem tanto do trabalho temporário e tampouco trabalhar por qualquer diária. Na verdade, tais programas e políticas tem possibilitado maior estabilidade da renda dos domicílios rurais e estão desencadeando um processo virtuoso de elevação do custo do trabalho.

Contudo, segundo Buainain e Dedecca (2010), essa elevação do custo do trabalho no campo tem criado dificuldade para os próprios agricultores familiares que dependem da participação de assalariados, permanentes e principalmente os temporários para a realização das atividades no campo. Com relação a terra, os participantes pontuam que seu tamanho reduzido, dificulta a expansão da produção.

Para Blum (2010):

Políticas sérias de redistribuição de terras, como a reforma agrária, os assentamentos, créditos fundiários, são algumas das alternativas para resolver o problema de concentração de terras, proporcionando maior número de empregos no meio rural e maior produção de alimentos para o meio urbano (BLUM, 2010, p. 80-81).

Segundo os produtores participantes o acesso aos financiamentos agrícolas é burocrático e exigente, o que dificulta o investimento na propriedade; há dificuldade na comercialização da produção, devido à falta de garantia de pagamento pelo comprador; falta de assistência técnica por parte da Secretaria Municipal de Agricultura e Emater; falta de estrutura das estradas vicinais, o que dificulta o transporte do leite e a entrega de insumos nas propriedades.

Os participantes apontam outros fatores como limitantes, além dos descritos acima, como o preço alto dos insumos e pouca valorização financeira da produção; produção limitada, pois, falta material e equipamentos para ajudar na preparação do solo. Apenas dois associados, 5,1% dos participantes, apontaram que não enfrentam nenhuma dificuldade, evidenciando assim, que não há uma naturalização das dificuldades estruturais vivenciadas por esses produtores.

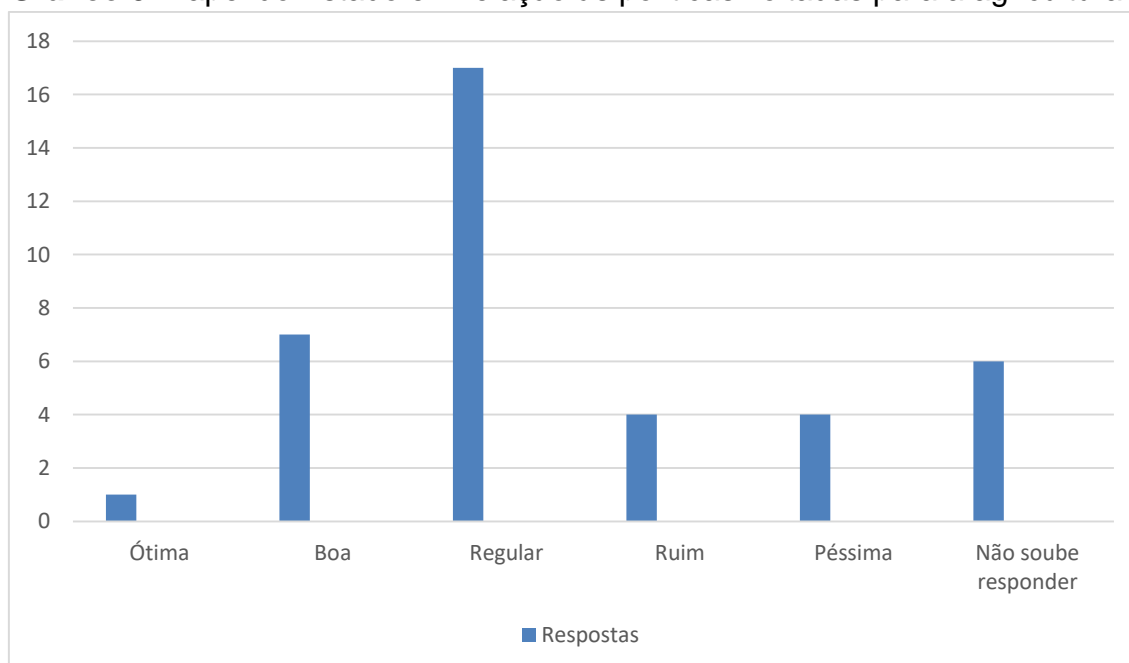
Essas dificuldades apresentadas corroboram com Wanderley (2001), ao afirmar que no Brasil a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, sendo ela a receptora dos estímulos sociais proporcionados pela

política agrícola, a qual assegurou sua modernização e reprodução, ocasionando por outro lado a subalternização da agricultura familiar.

Durante a realização da pesquisa, foi possível perceber que os produtores rurais participantes buscam superar suas dificuldades com suas próprias forças e com a esperança de que a prática associativa minimize esses desafios postos no dia a dia. Além disso, eles ressaltam que deveria haver uma atuação ativa dos governantes para com as demandas dos produtores rurais.

Quando questionados sobre a avaliação deles com relação ao papel do Estado para com as políticas voltadas para a agricultura, 20,5% dos associados avaliam que são ótimas ou boa, 43,5% consideram como regulares, 20,4% consideram ruins ou péssimas e 15,3% não souberam responder, como pode ser visto no gráfico 5. Segundo os respondentes, falta apoio dos governantes e políticas agrícolas para o desenvolvimento do campo, assistência técnica pública, fiscalização e melhoria das políticas agrícolas existentes, atendimento das demandas, as políticas que existem poderiam ser melhoradas e há muita instabilidade governamental.

Gráfico 5: Papel do Estado em relação às políticas voltadas para a agricultura



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação ao governo federal atual, Wesz Júnior (2021) pontua que não se tem avançado na criação, estruturação e/ou fortalecimento de políticas públicas para

a agricultura familiar, muito pelo contrário, seguem a margem e sem perspectiva de terem suas demandas atendidas pelo presente governo, os agricultores familiares que necessitam de acesso ao crédito, e aqueles que necessitam de outras políticas públicas de acesso a mercado, assistência técnica, terra, água e serviços básicos.

5.4 Utilização de tecnologia, acesso a financiamentos e assistência técnica

Foi possível observar que os associados participantes desta pesquisa estão “modernizando” suas técnicas de produção, pois 79% dos associados utilizam algum tipo de máquina ou equipamento em suas propriedades, como roçadeira, micro trator, furador de solo, ordenhadeira, bomba d’água, soprador, picadeira, motosserra, sistema de irrigação e trator, sendo todos próprios. Apenas 20,1% não utilizam nenhum tipo de maquinário ou equipamento.

Para Buainain e Dedecca (2010), essa modernização é fruto da pressão da própria necessidade de manter um patamar de produção minimamente compatível com a reprodução da unidade familiar produtiva como pela necessidade de se ajustar à dinâmica demográfica da família, que acarreta a redução da força de trabalho. Desse modo, os autores pontuam que a inserção de técnicas poupadoras de trabalho é condição de viabilidade da unidade produtiva, e consequência das novas exigências colocadas pelos mercados nos quais estão inseridos os produtores.

Com relação à utilização de tecnologia, Blum (2010) pontua que no meio rural há um grande quantitativo de pessoas com pouca instrução formal. E que muitos agricultores não realizam capacitações, cursos e treinamentos, o que dificulta a obtenção de melhorias na realização de suas atividades. Segundo Blum (2010, p. 84) “muitas atividades feitas pelos agricultores no seu sistema produtivo são altamente penosas e rotineiras, principalmente aquelas que são desenvolvidas sem mecanização”.

A agricultura familiar, pela pouca quantidade de terra que possui e visando aumentar sua produção, muitas das vezes, recorre à compra de rações para suprir as necessidades nutricionais dos animais e também para aumentar a produção. Desse modo, 69,2% dos associados participantes utilizam ração com a criação, 84,6% utilizam medicamentos, 23% utilizam algum tipo de semente, 19,9% utilizam agrotóxico na produção ou para limpeza de pasto, 5,1% utilizam corretivos de solo,

17,9% utilizam adubo e 7,6% não utilizam nenhum desses itens. É importante destacar que esses dados são acumulativos, pois em diversas situações os produtores fazem uso de mais de um dos itens. Esses dados podem estar associados a várias questões, como o tipo de atividade predominante no município, o tamanho das terras, a natureza do relevo e do solo.

Com relação à utilização de recursos financeiros externos, verifica-se que 51,2 % já realizaram algum tipo de financiamento agrícola e 48,8% não realizam. Entre os que realizaram algum tipo de financiamento, 90% realizaram o financiamento PRONAF. Com relação as políticas agrícolas, Wesz Júnior (2021) pontua que houve um decréscimo da cobertura do PRONAF, alcançando apenas 8% dos estabelecimentos agropecuários familiares em 2017. Segundo o referido autor, cresceu a seletividade do Programa e a concentração (em termos de regiões, produtos e agricultores) ficou ainda mais forte. Desse modo, pode-se inferir que esse decréscimo contribui para explicar o motivo de quase 50% dos produtores rurais não terem realizado nenhum tipo de financiamento.

Ao serem questionados sobre a importância dos financiamentos agrícolas para o desenvolvimento de sua propriedade, 45% dos associados atribuem a essa importância o grau de muito grande ou grande, justificando que o valor ajuda na compra de animais, possibilita melhorias na propriedade e motiva os agricultores a continuarem no campo, enquanto 50% afirmam ser razoável ou pequena a importância do financiamento, pois o valor é pequeno e o prazo para quitação da dívida é curto. E 5% não responderam, pois não realizando nenhum tipo de financiamento.

Sobre a utilização dos financiamentos, os associados assinalaram que foram usados para plantação de capineira e canavial, compra de animais, máquinas e equipamentos agrícolas, plantio de horta e melhoria da infraestrutura da propriedade, como construção de cercas.

Quando questionados sobre o acesso aos financiamentos, 85% dos associados que realizaram algum tipo de financiamento responderam que tiveram facilidade de acesso, caracterizando o acesso como fácil a normal e 15 % disseram que acharam difícil o acesso devido às burocratizações e às exigências colocadas pelo banco.

Já os associados que não realizam nenhum tipo de financiamento, apontaram, como justificativa para essa escolha, a burocracia para conseguir o

capital, o prazo curto para quitação do financiamento, a falta de documentação necessária, a preocupação com dívida e a dificuldade de acesso. Outros afirmaram que ainda não precisaram ou não tiveram interesse no financiamento.

Para Souza, Ney e Ponciano (2015), a dispersão geográfica, os problemas com garantias, o valor reduzido dos empréstimos e os riscos inerentes à atividade rural são condições que contribuem para a elevação dos custos das operações de financiamento da agricultura. Desse modo, segundo o autor, esses fatores elevam a exigência dos agentes financeiros no fornecimento do crédito e influenciam negativamente sua oferta.

Quando questionados sobre a utilização de assistência técnica pública, mais de 70% dos associados responderam que nunca receberam nenhuma visita por parte dos órgãos ou autarquia estatal e apenas 30% já receberam algum tipo de visita. Esse dado vai ao encontro da realidade nacional, onde 62,86% dos agricultores familiares não recebem nenhuma orientação técnica, estando substancialmente desassistidos. E com relação ao nível municipal, apenas 8,6% dos agricultores familiares recebem algum tipo de orientação técnica. Desse modo, pode-se inferir que o acesso à assistência é maior entre os produtores, que são associados, do que entre os agricultores familiares do município.

Castro (2015) salienta que apesar da importância histórica no Brasil, a agricultura familiar sempre recebeu pouco apoio do poder público na realização de suas atividades, sendo esta categoria negligenciada pelas diversas esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira.

Esses dados reforçam a necessidade de maiores investimento em assistência técnica e extensão rural, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar.

5.5 Aquisição de insumos, equipamentos e comercialização da produção

Com relação ao local que aquisição de insumos e equipamentos, 69,2% dos participantes pontuam que comprem em lojas do próprio município, 10,2% comprem em lojas de outros municípios, 15,3% comprem na associação e 5,1% não realizam a compra de insumos ou equipamentos.

No município de Itaperuna, mais de 90% dos estabelecimentos agropecuários realizam atividade econômica relacionada a pecuária e criação de outros animais.

Desses, 39,4% pertencem a agricultura não familiar e 60,5% pertencem a agricultura familiar.

O município de Itaperuna, como já citado anteriormente, já foi um dos maiores produtores de leite do Estado do Rio de Janeiro. Na atualidade, a produção leiteira continua a ocupar papel relevante na economia local, pois 49,4% dos estabelecimentos agropecuários do município produzem leite de vaca, desses, dos quais 34,1% pertencem a agricultura não familiar e 65,8% pertencem a agricultura familiar, com a produção em litro, respectivamente, 16.529 litros e 12.896 litros (IBGE, 2017). Assim como no município, a principal atividade econômica desenvolvida pelos produtores rurais participantes da pesquisa é a pecuária leiteira.

Na análise de Santos (2019):

A atividade de pecuária leiteira é uma estratégia de reprodução dos pequenos e médios produtores rurais tanto subordinados a uma cooperativa/laticínios ou organizados sob forma de agroindústrias rurais com mão de obra familiar (SANTOS, 2019, p. 11).

Desse modo, pode-se inferir que apesar de a pecuária leiteira ter perdido expressividade no município de Itaperuna, ela ainda tem sido uma das principais atividades econômicas realizadas no meio rural, sendo responsável por parte significativa da renda dos produtores rurais. O que nos permite admitir que a pecuária tem grande importância para o desenvolvimento dos produtores rurais participantes.

Além da produção leiteira, há produção de ovos, em menor escala. Alguns produtores realizam a agricultura, com a plantação de frutas como laranja, coco e banana, e legumes como tomate, jiló, pimentão, milho e pepino.

O leite é comercializado de forma conjunta com os demais associados. Cada produtor acondiciona o leite ordenhado na propriedade em latões, que são transportados por eles próprios por meio de veículo automotor ou tração animal até os tanques de resfriamento, e depois este é recolhido por caminhões e transportado até as fábricas de beneficiamento. Além da comercialização, o leite também é utilizado para o autoconsumo.

E com relação as demais produções, a comercialização acontece de forma individual, onde os próprios associados comercializam para um comprador do município ou para o autoconsumo. Além da pecuária e da produção de frutas,

hortaliças e legumes, outras atividades estão sendo desenvolvidas pelos associados participantes, como piscicultura, turismo rural e artesanato.

Silva (1997) cita que as atividades não agrícolas que se desenvolvem no meio rural são as atividades turísticas, desencadeadas pela proliferação das áreas de lazer. Segundo o referido autor, novas formas de ocupação passaram a se desenvolver no meio rural. Dentre elas, um conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc.), moradias de segunda residência, atividades de conservação e áreas de lazer (hotéis fazenda). Gerando assim, uma demanda crescente de mão-de-obra para dar sustentação ao crescimento das atividades turísticas no meio rural.

Com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade e o aumento da produção dos produtores rurais de Itaperuna, a Secretaria Municipal de Agricultura de Itaperuna em Parceria com o Sindicato Rural e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), têm realizado diversos treinamentos atualmente no município de Itaperuna, como, manejo sanitário e aplicação de medicamentos em gado de corte, Manejo de Vacas em Lactação, Higienização/Limpeza de Ordenha, Alimentação de Inverno para Bovinos de Corte, Cultivo de Hortaliças, Avicultura de Postura, derivados do Leite e monitoria da qualidade do leite, entre outros.

5.6 Associativismo rural e sua importância para os produtores rurais

Para Amorim e Silva (2015) o associativismo rural tem se consolidado no Brasil como uma prática de organização social e coletiva no campo, que tem contribuído para as mobilizações reivindicatórias, conquista de direitos, participação democrática e acesso às políticas públicas.

Apesar desse caráter participativo e reivindicativo, nas associações pesquisadas em Itaperuna não se encontrou tal realidade, pois conforme resposta dos participantes, os fatores que fizeram com que eles aderissem à associação foi a necessidade de comercializar a produção a preços melhores e aquisição de insumos com custos reduzidos, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 10 - Principais motivos para adesão à associação

Motivo	Qtd
Assistência técnica	1

União para conseguir benefícios	2
Comercialização/Assistência Técnica/Compra de insumos/Trabalho conjunto	2
Assistência técnica/União da comunidade	1
Possibilidade de trabalhar em conjunto	1
Assistência técnica/Trabalho conjunto	2
Comercialização/Aquisição de insumo/Assistência Técnica	2
Comercialização e aquisição de insumo	6
Comercialização da produção	10
Única que se disponibilizou a pegar o leite na minha propriedade	1
Comercialização da produção/Trabalho conjunto	2
Preço melhor do leite	6
Preço melhor do leite/Aquisição de Insumos	3

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Desse modo, a principal motivação para os produtores rurais aderirem à associação consiste na busca por benefícios. Contudo, Jales (2009) pontua que associar-se significa estar junto para criar uma nova realidade e não apenas a busca por benefícios e que a vida e desenvolvimento de uma associação depende do modo como seus sócios se comportam em suas práticas cotidianas.

As associações do município de Itaperuna, objeto desta pesquisa, foram fundadas por um grupo de pessoas da comunidade, organizadas e motivadas por um líder local, ligado a órgãos públicos. 66,6% dos associados entrevistados informaram que as associações foram fundadas por membros da comunidade local. E 33,3% não souberam responder quem foram os responsáveis pela instalação e organização das associações nas duas comunidades rurais pesquisadas. A maioria dos participantes, 82 %, conheceram a associação por meio de amigos, vizinhos e parentes.

Oliveira e Hespanhol (2011) pontuam que as práticas associativas desenvolvidas no Brasil atuam numa situação paradoxal, pois ao serem motivadas pelo Estado, o aparelho estatal busca controlar as ações dos grupos sociais e esta prática acaba inviabilizando a aproximação e o fortalecimento de uma identidade de classe da produção familiar.

Como a maioria dos produtores possui poucos recursos financeiros, as associações de produtores rurais têm possibilitado o acesso a algumas tecnologias, como o tanque de resfriamento de leite e fabricação própria de ração. Desse modo, essa estrutura se torna uma alternativa interessante para os associados.

Segundo os produtores rurais participantes os maiores benefícios obtidos da prática associativa foram o acesso a serviços, como assistência técnica, crédito, capacitação, treinamento, união da comunidade, compra de insumos com melhor preço e melhor negociação na compra e venda do leite. A ausência de exigência mínima de litros de leite também é um fator apontado pelos participantes, pois não limita a participação dos pequenos produtores. Sendo assim, a maior parte dos benefícios obtidos está relacionado diretamente a melhoria na renda dos produtores rurais.

Além dos benefícios apontados acima, os produtores sinalizam que a participação na associação possibilita o exercício do respeito entre os associados, a troca de conhecimentos e experiências e mobilização junto aos governos, destacando assim a importância dessa prática para o comportamento social e político de seus sócios.

Os participantes afirmam que obtiveram melhorias na produção, na comercialização e na renda obtida, gerando dessa forma melhoria na qualidade de vida dos associados. Sobre a produção, a aquisição de insumos possibilitou o aumento e melhoria da produção e o tanque de resfriamento possibilitou o escoamento da produção.

Segundo 64,1% dos participantes os associados são beneficiados de forma similar, 7,7% pontuam que uns são mais beneficiados que outros e 28,2% não souberam responder, pois como foi dito por eles, o pouco tempo de associação não permitia saber se todos estão sendo beneficiados do mesmo modo.

Quando indagados sobre os principais fatores que impedem que a associação gere mais benefícios para os associados, os produtores apontam falta de interesse, comunicação e união entre os próprios sócios e sua diretoria. A quantidade reduzida de associados também foi apontada como um fator limitante para o desenvolvimento do grupo.

A ausência de um veículo para transportar os insumos até as propriedades, máquinas (como trator) e equipamentos para atender as demandas dos associados,

geradas pela falta de recursos financeiros, também tem impossibilitado o desenvolvimento da associação.

A falta de uma equipe técnica como técnico agrícola, agrônomo e veterinário também tem sido um obstáculo, pois a equipe poderia atender as demandas dos associados. Contudo, os produtores reconhecem o custo dessa estrutura.

Além disso, um fator limitador colocado por alguns associados e que dificulta a entrada de mais produtores na associação é o valor da taxa de entrada e também o valor descontado por utilização do tanque comunitário. Segundo os associados esses valores deveriam ser menores, devido ao gasto considerável que realizam com a produção.

Alguns associados ressaltam que a falta de apoio do poder público é um desafio ao desenvolvimento da prática associativa, pois, se as associações recebessem recursos e apoio, os produtores seriam mais motivados a participarem e a se tornarem sócios.

Sendo assim, segundo Jales (2009) a viabilidade das associações está atrelada a um complexo conjunto de fatores internos (participação, cooperação, politização) e externos (estruturas governamentais, negociações políticas, mercado) que se inter-relacionam.

Apesar dos desafios colocados, 74,2% dos produtores associados consideram o funcionamento das associações ótimo ou bom, 20,5% consideram o funcionamento regular, pois segundo eles muito ainda precisa ser feito e 5,1% não souberam responder sobre o funcionamento devido ao pouco tempo de associado.

As associações são caracterizadas pela gestão democrática dos recursos e atividades, onde cada associados tem o direito a voz e voto sobre as decisões. Sendo assim, a maioria dos associados (82%) pontuam que as associações são conduzidas de forma democrática, onde as demandas são debatidas e decididas em conjunto.

Apesar da contribuição das associações como a inserção do produtor rural na cadeia produtiva, ampliação e aumento da renda familiar, viabilização e representação dos produtores rurais, mediação na busca por capacitação e assistência técnica, as associações têm se desenvolvido de forma limitada, pois tem assegurado apenas a existência dos produtores rurais, sem uma transformação social e emancipatória dos sujeitos envolvidos.

Mesmo com as dificuldades, as associações ainda são formas organizativas que contribuem para que a agricultura familiar possa superar em parte suas dificuldades, pois contribuem para a ampliação das oportunidades de trabalho, produção agrícola e renda (AGUIAR, 2007; JALES, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando entender como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna-RJ, esta pesquisa possibilitou o acesso a um importante material empírico. A partir das entrevistas semiestruturadas e dos formulários, foi possível compreender como as associações de produtores estão se desenvolvendo no município de Itaperuna.

As associações pesquisadas surgiram e se desenvolveram com o objetivo de superar as dificuldades de escoamento da produção leiteira dos pequenos produtores rurais e motivadas pela expectativa de angariar recursos, sobretudo do Estado, pois as empresas instaladas no município de Itaperuna na década de 90, estabeleceram uma litragem mínima para o recolhimento do leite e uma parcela considerável de pequenos produtores foram excluídos dessa cadeia produtiva.

Diante disso, viram na associação a possibilidade da comercialização conjunta da produção, e que um único tanque de resfriamento poderia atender a vários produtores rurais, possibilitando assim, o escoamento da produção. Desse modo, a principal motivação para os produtores rurais aderirem à associação foi a busca por benefícios relativos à comercialização.

Além disso, a pesquisa evidenciou que as associações têm contribuído para superação, em parte, das diversas dificuldades que atingem a agricultura familiar. Quando indagados sobre os benefícios de se fazer parte de uma associação, a maioria das respostas foram positivas, destacando-se o acesso à assistência técnica, crédito, capacitação e treinamentos, compra de insumos com preços menores e melhor negociação na venda do leite. Sendo assim, a maior parte dos benefícios obtidos está relacionado diretamente à melhoria na renda dos produtores rurais e conseqüentemente em uma melhor qualidade de vida.

Desse modo, as associações têm possibilitado melhorias na produção, pois a aquisição de insumos com preços reduzidos possibilita melhorias na produção e conseqüentemente, aumento na renda. As capacitações e treinamentos possibilitam uma maior qualidade no manejo da produção e o tanque de resfriamento instalado por meio das associações possibilita o escoamento da produção leiteira, o que viabiliza a participação dos pequenos produtores, os quais de forma individual não teriam recursos para a instalação de um tanque de resfriamento.

Além dos benefícios apontados acima, os produtores ressaltam que a participação na associação possibilita o exercício do respeito entre os associados, a troca de conhecimentos, experiências e mobilização junto aos governos, destacando assim a importância dessa prática para o comportamento social e político de seus sócios.

Apesar dos benefícios descritos acima, as associações de produtores rurais têm atuado de forma limitada, o que pode ser um fator para explicar o baixo número de agricultores familiares associados. Os principais desafios enfrentados pelas associações tem sido a ausência de um veículo para fazer entrega dos insumos nas propriedades, falta de colaboração de alguns produtores com relação à qualidade do leite, falta de interesse, comunicação e união entre os próprios sócios e sua diretoria e quantidade reduzida de associados.

Além disso, um fator limitador colocado por alguns associados e que dificulta o ingresso de mais produtores na associação é o valor alto da taxa de entrada e também o valor descontado por utilização do tanque comunitário. Segundo os associados, esses valores deveriam ser menores, devido ao gasto considerável que realizam com a produção.

Alguns associados acentuam que a falta de apoio do poder público é um desafio ao desenvolvimento da prática associativa, pois, se as associações recebessem recursos e apoio, os produtores seriam mais motivados a participarem e a se tornarem sócios, o que contribuiria para sua permanência no campo.

Apesar das dificuldades, as associações ainda são formas organizativas que proporcionam benefícios aos produtores rurais familiares, que atuando de forma individual provavelmente não conseguiriam. Assim sendo, ainda que de forma limitada, as associações de produtores rurais têm contribuindo para que a agricultura familiar possa superar em parte suas dificuldades, pois tem possibilitado melhoria da produção agrícola, aumento da renda, participação social e maior mobilização junto aos governos.

Desse modo, esta pesquisa traz a importância da prática associativa para o desenvolvimento e permanência dos produtores rurais familiares no município de Itaperuna. Além disso, ressalta a contribuição positiva das associações para melhoria de vida dos produtores e para a viabilidade produtiva dos estabelecimentos.

Ademais, este estudo também evidencia o grande potencial ainda a ser explorado pelas associações, como maior consciência e engajamento coletivo dos associados em prol do desenvolvimento e crescimento das associações.

Desse modo, esta pesquisa buscou contribuir com conhecimento sobre a relação entre a Agricultura Familiar e o Associativismo, pois a ausência de pesquisas acadêmicas neste sentido dificulta o avanço de trabalhos e políticas públicas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e das associações.

Esta pesquisa evidencia que é necessário fortalecer, dar apoio e suporte às práticas associativas realizadas no município de Itaperuna para superar ainda mais as diversas dificuldades vivenciadas pelos produtores rurais familiares no seu dia a dia.

Com a realização deste trabalho, também foram identificadas algumas questões que carecem de mais investigação, com potencial de ser alvo de novas pesquisas e estudos. Assim, constatou-se que a prática associativa contribui para superação das dificuldades que assolam a agricultura familiar. No entanto, por que o número de produtores rurais familiares associados é baixo? Outra questão que não foi possível ser abordada na pesquisa é a participação feminina nas associações de produtores rurais. Tendo em vista que, segundo dados do último censo agropecuário, houve aumento da participação feminina na direção dos estabelecimentos, cabe investigar o que tem contribuído para isso e qual o impacto dessa mudança no campo. Finalmente, também é pertinente identificar se as associações de produtores rurais estão mais direcionadas para a função social ou voltadas para obtenção de lucros.

REFERÊNCIA

ABRAMOWAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária* – vol 28, nº 1,2 3 e vol. 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em 18 mar. 2022.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

ABREU, Letícia Moamad de Sales. DE SOUZA, Paulo Marcelo. FORNAZIER, Armando. PERFIL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DAS REGIÕES NORTE E NOROESTE DO RIO DE JANEIRO: AS DIFERENÇAS ENTRE OS SEGMENTOS FAMILIAR E NÃO FAMILIAR. *Sober - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Ilhéus. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/9879%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/9879%20(2).pdf). Acesso em: 01 abr. 2022.

AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. O desafio do Associativismo na Agricultura Familiar: o caso dos Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco- PR. 2007. 161 f. *Dissertação* (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/235/1/AUDREY%20MERLIN.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cacalcante de; NICOL, Robert. *Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Pauli: McGraw-Hill, 1987. 335 p.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *Geografia*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10164>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf> . Acesso em: 18 nov. 2022.

AMORIM, Ramariz Faleiro de; SILVA, Magda Valéria da. ASSOCIATIVISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE REPRESENTATIVIDADE EM PIRACANJUBA/GOIÁS. In: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DAUEG, 2., 2015, Pirenópolis. *Interdisciplinar e currículo: uma construção coletiva*. Pirenópolis. 2015. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/5640>. Acesso em: 17 maio 2021.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-141, 2018. Trimestre. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gRpLPHPWQQ8jrHnMv5DSGYK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2022.

BALEM, Tatiana Aparecida. *Associativismo e Cooperativismo*. Santa Maria - RS: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede E-Tec Brasil, 2016. 96 p. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/associativismo-e-cooperativismo-apostila02.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Revista de Geografia Agrária*, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/8293>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BESERRA, Maria dos Remédios. Associativismo rural: estratégia de participação para consolidação da agricultura familiar na Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, em Picos – Piauí. *Dissertação* (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2011.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 337-365.

BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Dinâmica demográfica da população rural: um estudo de caso na microrregião e município de Frederico Westphalen/RS. *Extensão Rural*, v. 25, n. 2, p. 73, 2018.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Interações espaciais: o caso da empresa Glória/Parmalat em Itaperuna (RJ). *Dissertação* (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acessado em: 15 dez. 2021.

BRASIL. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*. Agricultura familiar tem 19% mais recursos no Plano Safra 2021/2022, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agricultura-familiar-tem-19-mais-recursos-no-plano-safra-2021-2022>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. *Lei nº 1.227, de 17/11/1987*. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1987.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar, R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 10, p. 312-347, 2003. Semestre. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura Familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. *UNICAMP*, Campinas, março de 2005. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B0417p/B0417p.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BUAINAIN, Antônio Márcio. DEDECCA, Claudio Savadori. Mudanças e Reiteração Da Heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.

CARMO, Rafael Matos do. FATORES DE DESEMPENHO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DE BARRETOS. 2020. 79 f. *Dissertação* (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Jaboticabal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193589>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CASTRO, C. N. *DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL*. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, IPEA, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022.

CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa. O “DESENVOLVIMENTO REGIONAL” COMO PROBLEMA PÚBLICO? Estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna/ RJ. 2016. 115 f. *Dissertação* (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – Ppgps, Centro de Ciências do Homem – Cch, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2017/05/THIARA-MOUR%C3%83O-COSTA-CERQUEIRA.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CRUZ, Suenya Santos da. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 241-269, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a03n110.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecol.e Desenv. Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.3, 2001.

GONÇALVES E SANTOS - *SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA*, 16.2019, Espírito Santo, ES. Universidade Federal do Espírito Santo. A CENTRALIDADE INTERURBANA DE ITAPERUNA - RJ NO NOROESTE FLUMINENSE. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26679>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GRABOIS, José. DOS SANTOS, Cátia Pereira. O momento atual da evolução da pecuária leiteira em Itaperuna: as transformações da estrutura produtiva na década de 1990. *Revista Geo UERJ*, n. 8, p. 17-28, 2000.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, p. 125-146, fev. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007#:~:text=A%20an%C3%A1lise%20aponta%20para%20a,assistenciais%20e%20o%20terceiro%2C%20pela. Acesso em: 15 fev. 2022.

HOFFMANN, R.; GOMES NEY, M. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 51-79, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do Espaço Rural Brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Censo Agropecuário*, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

JALES, Edilene Fernandes. Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa de desenvolvimento local. 2009. 110 f. *Dissertação (Mestrado)* - Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Letras e Artes, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13560/1/AssociativismoMunic%c3%adpiosRurais_Jales_2009.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

JUNIOR, A. P. Escolaridade nas zonas rurais da região sul. *Espaço e Economia*, n. 16, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/9900>. Acesso em: 7 abr. 2022.

LIMA, Jandir Ferreira de. JUNQUEIRA, Clarissa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 28, n. 8, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 7 abr. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, José Raimundo Oliveira; SILVA, Isabela Oliveira. Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local. *Cadernos de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 165-182, 2020. Jul.-Dez. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/401/pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

LISBOA, Acssuel de Sousa; ALCANTARA, Fernanda Viana de. O ASSOCIATIVISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: rural associativism as a development strategy for a family farming. *Para Onde!?: Programa de Pós-Graduação em Geografia*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 17-28, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/90807/52659>. Acesso em: 7 abr. 2022.

MADANÊLO, Daniela Helena Vieira Lima; MARAFON, Glaucio José. O complexo agroindustrial da pecuária de leite no estado do Rio de Janeiro. IN: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). *Revisitando o território fluminense II* – RJ. Gramma, 2008, p. 7-16,. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-complexo-agroindustrial-da-pecuaria-de-leite-no-estado-do-rio-de-janeiro#>. Acesso 10 de jan. 2022.

MARAFON, G. J. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. In G. J. Marafon & M. A. Ribeiro (Eds.), *Revisitando o território fluminense, VI* (DGO-Digital original, pp. 105–121). SciELO – EDUERJ, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575114575.9>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, [s.l.], n. 23, p.7-37, mar. 1991. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a03n23.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

MATTEI, Lauro. Impactos do PRONAF: análise de indicadores. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*, 2005. 136 p.; (Nead Estudos; 11). Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-37869/impactos-do-pronaf---analise-de-indicadores>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM GOIÁS: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_ESTEVANE_DE_PAULA_PONTE_S_MENDEZ.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DA PRODUÇÃO FAMILIAR. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia - Mg. Anais. *Territórios em disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro*. Uberlândia - Mg: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-11.

Disponível em:

http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1205_1.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 87-108, 1989. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2022.

PAULA, Márcia Maria de.; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar dificuldades e desafios. *Política Agrícola*, [s. l], n. 1, p. 33-43, 2014. Trimestral. Disponível em:

<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883/808>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PERACI, Adoniram Sanches; BITTENCOURT, Gilson Alceu. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. *Fome Zero: e experiência brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 191-222.

PEREIRA, Vanuza da Silva *et al.* Transformações no meio rural fluminense: uma análise das características demográficas dos domicílios. *Sober - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Belém, v. 0, n. 51, p. 0-0, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/izHtle>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 337-365.

PIRACIABA, B.; LEMOS, L. (2017). Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro: reflexões em torno da região Noroeste Fluminense. In G. J. Marafon & M. A. Ribeiro (Eds.), *Revisitando o território fluminense, VI* (DGO-Digital original, pp. 151–166), 2017.

RIBEIRO, Kleber Avila *et al.* ASSOCIAÇÕES E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE BRASILEIRA, UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO. *Desenvolvimento Social*, Montes Claros, v. 1, n. 20, p. 121-149, 2017. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1866>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL, Antonio. Nivaldo ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: OLHARES SOBRE A REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA, ESTADO DE SÃO PAULO. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-17, 2011.

SANGALLI, Adriana Rita *et al.* ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO do desenvolvimento No assentamento rural lagoa grande, em Dourados (MS), Br. *Organizações Rurais & Agroindustriais*,

Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015. Disponível em:
<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/994/487>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SANTANA, Rosangela Teixeira. ASSOCIATIVISMO RURAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA TIRIRICA, CRUZ DAS ALMAS-BA. 2019. 32 f. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação) - Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas/Ba, 2019. Disponível em:
<http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1936/1/deposito.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho Bruto no Canavial: Questão Agrária, Assistência e Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, E. V. M. AS AGROINDÚSTRIAS DE LÁCTEOS NO NOROESTE FLUMINENSE: PANORAMA E DESAFIOS. IN: *Anais do XIII ENANPEGE*, São Paulo, 2019.

SANTOS, Cátia Pereira dos. MUDANÇAS NAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA – RJ. In: *ANAIS DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 2005, São Paulo. São Paulo, 2005. p. 13630-13641. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/34.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, Rui Junio Fonseca dos. *A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE DE ITAPERUNA (RJ)*. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10641/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Rui%20Junio%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SCHNEIDER, Sergio. Evolução e Características da Agricultura Familiar no Brasil. *Alasru Nueva Epoca*, [s.l.], n. 9, p.21-52, out. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais* - Unicamp, Campinas, v. 4, n. 1, p.85-131, 2010. Disponível em:
<https://www3.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708/573>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?lang=pt_ Acesso em: 7 abr. 2022.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. IN: GRAMMONT, Hubert Carton. MARTINEZ VALLE,

Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SEBRAE. *Painel Regional: Noroeste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ*. Rio de Janeiro: SEBRAE, RJ, 2015.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo Viana. *NOROESTE FLUMINENSE: ARRANJOS REGIONAIS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO*. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes – Ucam, Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/F%C3%A1bio-Gustavo-Viana-Siqueira.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2022.

SOUZA, Paulo Marcelo. BARBÉ, Luciane da Costa. DESIGUALDADES REGIONAIS NA DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO PRONAF: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1998 A 2012. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 45, p. 31-43, 2014.

SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Nivaldo José. Análise da Distribuição dos Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 2, p. 251–270, 2015.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de *et al.* CONDICIONANTES DA ADOÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA. *Caderno de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 223-255, 2011. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/86647/1/condicionantes-da-adocao.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2022.

SOUZA, Paulo Marcelo de *et al.* Análise regional da produção agropecuária do Rio de Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 645-670, 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-3_09_analise_regional. Acesso em: 25 mar. 2021.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 1, p.205-222, 2015. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a11v52s1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

TCE. *Estudo socioeconômico do estado do Rio de Janeiro – Itaperuna 2020*. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 30 de nov. 2021.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos*

Brasileiros, Três Lagoas-MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas* - organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, p. 25-44, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. *Revista Em Pauta*, v. 14, n. 38, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27857>. Acesso em: 7 abr. 2022.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. O PRONAF PÓS-2014: INTENSIFICANDO A SUA SELETIVIDADE? *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 89–113, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES DE ITAPERUNA

Nome da associação: _____

Número da entrevista: _____

Data da entrevista: ____/____/____

Localização da associação: _____

- 1 - Qual o número de associados?
- 2 - Qual é a área média cultivada pelos produtores associados?
- 3 - Os associados se enquadram como agricultores familiares? Quantos são?
- 4 - Quais os principais produtos cultivados pelos produtores que participam desta associação?
- 5 - Qual a condição dos produtores associados?
 - () Proprietário
 - () Arrendatário
 - () Parceiros
 - () Outros. Qual?
- 6 - Quais os motivos que levaram a criação desta associação?
- 7 - Qual o principal objetivo desta associação?
- 8 - Quais foram as dificuldades encontradas inicialmente para a organização desta Associação?
- 9 - Quais são os fatores que dificultam a operacionalização e o desempenho desta associação?
- 10 - Quais foram as ações mais importantes tomadas pela associação?
- 11 - Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação em prol dos associados?
- 12 - Quais seriam os passos mais importantes que a associação não deu, mas deveria dar?
- 13 - A criação da associação trouxe mudanças na produção dos associados? Quais?
- 14 - A participação na associação pelos produtores gerou efeitos sobre a comercialização? Quais?
- 15 - A participação na associação trouxe melhoria na renda dos associados? Quais?
- 16 - Quais outras melhorias na vida dos associados resultaram da associação?
 - () Compra de insumo em conjunto
 - () Assistência Técnica em Conjunto
 - () Comercialização em conjunto. Onde: _____
 - () Financiamento em conjunto
 - () Outros. Quais? _____
- 17 - Qual é o maior desafio e qual é a maior vantagem de ser o presidente da associação?
Desafio:

Vantagem:

18 - Como é a relação da associação com seus associados?

19 - Como o senhor enxerga a gestão da associação da qual o senhor preside?

20 - Há pessoas na comunidade que não fazem parte da associação? Em sua avaliação, por que não participam?

21 - A associação recebeu ou recebe algum tipo de crédito de alguma instituição governamental?

Qual?

22 - Como esse crédito foi/é utilizado?

23 - Os produtores pagam algum tipo de mensalidade para a associação? Qual o valor e a frequência?

24 - Existe algum tipo de vinculação desta associação com o Sindicato dos trabalhadores Rurais, EMATER, Secretaria Municipal de Agricultura no município ou outros órgãos? De que forma?

25 - Como o senhor avalia a atuação das instituições como Secretaria Municipal de Agricultura, Emater e outros órgãos no sentido de apoiar/incentivar a agricultura?

APÊNDICE 2**FORMULÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES MEMBROS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DE ITAPERUNA/RJ**

Senhor (a) associado, essa é uma pesquisa que tem como objetivo verificar como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna - RJ. A profissional que está aplicando o formulário é estudante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. As informações são consideradas sigilosas e, desde já, agradecemos sua contribuição nesta pesquisa.

Nome da Associação: _____

Nº do questionário: _____

1 - PERFIL

1.1 IDADE: _____

1.2 NATURALIDADE (cidade de origem): _____

1.3 ESTADO CIVIL: _____

1.4 QUAL O GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO?

- Sem escolarização
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo

1.5 CATEGORIA DO PESQUISADO

- Parceiro
- Arrendatário
- Proprietário
- Comodatário

() Outros _____

2. INFORMAÇÕES SOBRE A PROPRIEDADE

2.1 Quais são as atividades econômicas desenvolvidas na propriedade?

() Bovinocultura de corte

() Bovinocultura de leite

() Mel

() Ovos

() Peixe

() Hortaliças

() Lazer

() Outras: _____

2.2 Qual o principal produto que comercializa? _____

2.3 Qual o tamanho da área em que realiza sua atividade? _____

2.4 A renda da sua família é gerada toda na propriedade? () sim () não

2.3.1 Caso não, qual a outra fonte de renda? _____

3. FAMÍLIA E FORÇA DE TRABALHO

3.1 Sua família é formada por quantas pessoas? _____

3.1.1 Quantas moram na propriedade? _____

3.2 Quantas pessoas da família trabalham na propriedade? _____

3.3 A força de trabalho usada na propriedade é toda familiar? () sim () não

3.3.1 Caso não, possui algum funcionário temporário ou permanente? () sim () não

Caso possua, qual o número de funcionários? _____

4. ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E À TECNOLOGIA

4.1 Faz uso de alguma máquina/ equipamento em sua propriedade? () sim () não

() Irrigação

() Ordena

() Trator

() Roçadeira

() Outros, quais? _____

4.1.1 Quais desses são próprios ou alugados?

Próprio _____

Alugado _____

4.2 Quais destes insumos utiliza em suas lavouras e criações?

Aubos ()sim ()não

Corretivos ()sim ()não

Agrotóxicos/ produtos contra pragas ou doenças ()sim ()não

Sementes ()sim ()não

Medicamentos ()sim ()não

Rações para criações ()sim ()não

Outros _____

4.3 Tem a rotina de fazer análise de solo da propriedade? () sim () não

4.4 Utiliza Assistência Técnica Pública? () sim () não

4.4.1 Caso sim, você julga essa assistência satisfatória em termos de frequência, qualidade e acesso? () sim () não

4.5 O senhor (a) faz algum tipo de controle financeiro com despesas, custo de produção e receitas? () sim () não

4.5.6 Caso sim, o que levou a fazê-lo, iniciativa própria ou incentivo de cursos e palestras? _____

5. ACESSO A FINANCIAMENTOS

5.1 Já fez algum tipo de financiamento? () sim () não

5.1.1 Caso sim, qual tipo de financiamento? _____

5.1.1.1 Em que ano fez o financiamento? _____

5.1.1.2 O valor recebido foi utilizado para financiar qual atividade? _____

5.1.2 Caso não, por qual motivo? _____

5.3 Qual a importância do financiamento para o desempenho econômico de sua propriedade?

() Muito grande

() Grande

() Razoável

() Pequena

() Nenhuma importância

Por qual motivo? _____

5.4 Como avalia o acesso ao financiamento?

- Fácil
- Normal
- Difícil

Por qual motivo? _____

5.5 Como avalia o papel do Estado em relação às políticas voltadas para a agricultura?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssimo

Por quê? _____

6. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, INSUMOS E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

6.1 Em que local são comprados os equipamentos e insumos utilizados na propriedade?

Lojas da Sede do município Sim Não

Lojas de outros municípios Sim Não

Intermediários Sim Não

Outros _____

6.2 Faz compra conjunta destes produtos? sim não

6.2.1 Caso sim, faz a compra com quem? _____

6.3 Para quem vende sua produção principal?

- Comprador do próprio município
- Comprador de outro município
- Agroindústria (indústrias de laticínios)
- Consumidor
- Instituições públicas
- Outros _____

6.4 Qual a principal forma de escoar a produção?

- Veículo próprio
- Veículo fretado
- Veículo da associação

Veículo do comerciante

Outras: _____

6.5 Realiza venda conjunta dos produtos? sim não

7 - PRINCIPAIS DIFICULDADES

7.1 Na sua visão, quais dos itens listados abaixo são os maiores problemas que você enfrenta na condição de agricultor (a) rural familiar?

Produção. Especifique _____

Aquisição de insumos. Especifique _____

Comercialização. Especifique _____

Acesso ao crédito. Especifique _____

Acesso aos órgãos público. Especifique _____

Falta de terra. Explique _____

Falta de mão de obra. Explique _____

Outros. _____

8. ASSOCIATIVISMO

8.1 Como você conheceu a associação da qual faz parte?

Através da Igreja

Amigos, parentes e vizinhos

Convite pelos membros da associação

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município

Secretaria de Agricultura do município

EMATER

Outros _____

8.2 Quem originalmente fundou a associação?

O governo local

Um líder local

Membros da comunidade

Órgãos públicos

Outros _____

8.3 Desde quando é associado? _____

8.4 Qual o principal motivo que te fez participar da associação?

Comercialização da produção

- Aquisição de insumos
- Assistência técnica
- Possibilidade de trabalhar em conjunto
- É a única associação que se disponibilizou a pegar o leite na minha propriedade
- Outros _____

8.5 Você é filiado (a) a algum sindicato rural? () sim () não

8.6 Como acontece quando há alguma decisão a ser tomada entre os associados?

- A decisão já vem formada de fora
- O líder decide e informa aos outros membros do grupo
- O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide
- Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
- Outros _____

8.7 Quais os benefícios obteve participando da associação?

- Melhoria na renda
- Acesso a serviços (assistência técnica, crédito, capacitação e treinamento)
- União da comunidade
- Força junto aos governos
- Aumento do poder de negociação na compra ou na venda.
- Possibilidades de compra conjunta
- Outros _____

8.8 Todos se beneficiaram na mesma medida? () sim () não () mais ou menos

8.9 O que impede que a associação gere mais benefícios para os associados? _____

8.10 Como considera o funcionamento da associação?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

8.11 Sua participação na associação mudou de algum modo seu comportamento social e/ou político?

- Sim () Não

Caso sim, explique: _____

APÊNDICE 3



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
Centro de Ciências do Homem
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar do estudo sobre “Agricultura Familiar e Associativismo: Conquistas e Limitações dos Produtores Rurais Organizados em Associação no Município de Itaperuna - RJ”, desenvolvido por Angélica Brito Picanço, aluna do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, sob orientação do professor Dr. Paulo Marcelo de Souza, professor da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF.

O objetivo geral da pesquisa é verificar como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna – RJ. O convite a sua participação se deve a sua proximidade com objeto de estudo em questão, que é agricultura familiar associativa. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Contudo, sua participação é muito importante para a execução desta pesquisa.

Serão garantidos o sigilo e a privacidade das informações por você prestada. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através do contato abaixo. Sua participação consistirá em responder perguntas de um formulário à pesquisadora Angélica Brito Picanço, que serão usadas para fins acadêmico-científicos, preservando-se sempre que solicitado o anonimato do entrevistado.

O benefício (direto e indireto) relacionado a sua participação nesta pesquisa é o de contribuir para analisar o surgimento e desenvolvimento das associações de produtores rurais no município de Itaperuna, verificar se as associações têm contribuído para melhorias de vida de seus associados e identificar os fatores que dificultam a operacionalização e desempenho das associações. Os resultados da pesquisa serão divulgados em relatório entregues aos entrevistados, artigos científicos e na dissertação de conclusão deste curso.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO no local indicado abaixo. Informamos que você receberá uma via idêntica do TCLE assinada pela pesquisadora do estudo. Desde já agradecemos a sua colaboração, ressaltando-se que a qualquer momento, o participante poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários sobre a pesquisa.

Itaperuna/RJ, _____ de _____ de 20____.

Nome do Pesquisador (a): Angélica Brito Picanço

Contato: Tel. (22) 99823-0729

E-mail: angelica_britop@hotmail.com

Documento de Identificação: 153.904.587-02

Assinatura: _____

Assinatura do participante da pesquisa: _____